

**COMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS**  
**DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2007.**

Presidência da Sra. Vereadora Liliam Sá, Presidente da Comissão.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a Presidência da Sra. Vereadora Liliam Sá, Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Senhoras e Senhores, bom-dia!

Dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente com base no que preceitua o artigo 4º da Resolução nº 1.052/06 de autoria da Mesa Diretora, Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação que “Estabelece Procedimentos Especiais, Prazo e Prerrogativas em Relação à Tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 (Mensagem nº 81) e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe Sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”.

O artigo 4º da Resolução nº 1.052/06 determina que, a partir do dia 1º de Janeiro de 2007 até o dia 30 de abril de 2007, as Comissões Permanentes realizarão, obrigatoriamente, pelo menos uma Audiência Pública sobre os temas que lhes são pertinentes no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

A Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente está assim constituída:

EXMA. SRA. VEREADORA LILIAM SÁ – Presidente

EXMO. SR. VEREADOR JORGE MAURO – Vice-Presidente

EXMO. SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Vogal.

A Mesa está assim constituída: Professora Kátia Regina da Costa Silva Citola, representante do Magnífico Reitor da PUC, Padre Jesus Hortaz Sanchez; Prof. José Bruno, representando o Magnífico Sr. Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Nival Nunes de Almeida; a Sra. Gerente do Programa de Saúde do Adolescente, Dra. Riva Rosenberg, representando o Exmo. Sr. Secretário Municipal de Saúde; Dr. Jacob Kligerman; a Sra. Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Ana Cristina Ferreira Telles, representando o Exmo. Sr. Secretário Municipal de Assistência Social, Marcelo Garcia; o Sr. Jacques Schwarztein, representante do Unicef, o Professor Paulo Henrique Barbosa de Andrade, do Colégio Teresiano da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Então, eu acredito que na Secretaria Municipal de Saúde provavelmente não haja nenhum gestor, nenhum executivo que tenha se interessado por essa questão. Inclusive se debruçado, para saber o que é um Plano Diretor no Município. Então, espero que essa cidade que está crescendo na área da Zona Oeste consiga, pelo

menos, pensar. Não é uma pequena população, vai chegar seiscentos mil, um milhão de pessoas, daqui a dez anos, e aí, quando o Vereador fala em controle da natalidade, nós temos que fazer a natalidade de postos de saúde, a natalidade de centros de saúde, a natalidade de leitos na Zona Oeste. Será que nós não vamos resolver o problema da Zona Oeste? É insolúvel? Não há condições?

Por último, eu queria terminar, e com isso eu fiquei assustado, e gostaria de passar isso à Câmara. Aproveitar esse momento, porque, na última Audiência com o Secretário Municipal de Saúde, na última quinta-feira, o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde vão começar um processo, e o Ministro da Saúde tem dito isso, que nós vamos ter que levar médicos para as áreas mais pobres, de uma maneira diferente, militarizando os médicos, colocando no Corpo de Bombeiros, etc. Mas uma coisa muito séria é que o Poder Público não construiu unidades básicas de saúde, programa de saúde da família, mas no interior das comunidades, com a desculpa de que não se consegue colocar recursos humanos lá dentro. O Ministério da Saúde, junto com a Prefeitura, vai começar novo acordo junto com as duzentas e oitenta equipes, criar as unidades básicas de saúde no entorno das comunidades. Coloquei isso para um Secretário de Saúde: “Secretário, o Poder Público está abrindo mão de entrar nas comunidades, o Poder Público está aceitando esse “apartheid” na metade da Cidade do Rio de Janeiro, então o tráfico vai passar a ter o controle realmente”. Nós vamos admitir isso ou não? Não tem condições. Não tem condições o Poder Público entrar dentro numa comunidade e não oferecer o serviço que tem que ser oferecido.

Então, isso eu queria colocar para essa Câmara para que a gente reflita. Ou vamos criar não somente nas áreas de vazios sanitários, mas também nas áreas onde há conflagração e a violência, nós temos que colocar equipamentos públicos, e um desses equipamentos públicos é a saúde. E não somente o problema de saúde da família. Não podemos admitir que uma comunidade como a Rocinha, que tem um milhão de habitantes, não tenha um hospital. Cidades muito menores, neste País, tem um hospital. Então não tem condições de entrar lá? Tem condições de entrar, sim. Se o Poder Público tiver decisão política de entrar com os equipamentos sociais, ele vai conseguir entrar.

O SR. PRESIDENTE (DR. CARLOS EDUARDO) – Dr. Romano, nós realmente lamentamos a ausência do Sr. Secretário de Saúde nesta Audiência Pública, e a Presidência acolhe as suas sugestões, principalmente no que diz respeito à comunidade da Rocinha, onde nós temos cinquenta casos novos de tuberculose diagnosticados mensalmente – é uma verdadeira epidemia de tuberculose – e onde não se tem absolutamente nada. Nem um hospital municipal, que é o hospital de referência da comunidade, que é o Hospital Municipal Miguel Couto, dá conta dessa situação, nem o posto de saúde da Gávea também tem condições de atender à demanda dessa doença, que está se alastrando nessa comunidade, sem que a Prefeitura faça absolutamente nada.

Chamo para a Tribuna o Sr. Vilson Bezerra, agente comunitário de saúde.

O SR. VILSON BEZERRA – Boa-tarde a todos. Sr. Presidente, demais componentes da Mesa Diretora, Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes, representantes de classe: eu sou agente comunitário de saúde do PACS da Rocinha, junto com meus colegas presentes aqui, a Rita Smith, a Natália e o agente

comunitário Ronaldo. Nossa missão hoje foi muito rica, vai ser uma grande contribuição para esse Plano Diretor que está sendo formulado pela Comissão.

Estamos percebendo, apesar de ainda não termos acesso a esse documento, os mais de 3 mil agentes comunitários de saúde atuando hoje nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, e lançamos uma carta aberta falando um pouco da missão que é atuar diretamente como representante público nas comunidades carentes, no serviço básico de saúde. Eu posso dizer que é uma missão muito árdua, que temos procurado fazer com muito afinco e, graças a Deus, tem tido resultados fantásticos. Para quem conhece o trabalho dos agentes comunitários de saúde na Rocinha, principalmente com relação ao combate à tuberculose... Hoje, os agentes comunitários de saúde na Rocinha são referência no estado, no Brasil e internacionalmente no combate, na prevenção e na cura da tuberculose. Posso citar vários prêmios que temos trazido para o Executivo e reivindicar também a ausência, não sei se tem alguém da bancada do Executivo aqui, mas que deveria estar presente, sim, porque acredito que ele deveria levar essa comunicação para sua bancada.

Nós deixamos, em cada mesa dos senhores aqui presentes, uma carta aberta, citando os problemas que a saúde básica vive. E não sou poucos. Os vários palestrantes aqui citaram a questão da incapacidade com que o Poder Público ainda trata a questão da prevenção. O Dr. Jairinho também falou sobre a importância do atendimento básico de saúde.

Vou citar algumas coisas, que consideramos fundamentais para contribuição no Plano Diretor.

Os agentes comunitários de saúde ajudam a organizar o acesso ao serviço de saúde, combate a tuberculose, participam ativamente do Programa Remédio em Casa, que é o carro-chefe do Executivo – o Secretário vive falando desse programa, que é o Programa de Hipertensão e Diabetes. Atuamos também desde a ponta do Bolsa Família, promovemos ações de prevenção e combate à dengue nas comunidades carentes e ainda orientamos os moradores a respeito dos serviços relacionados à assistência social.

Quantos casos pegamos, no nosso dia-a-dia, de idosos... Nosso ilustríssimo Vereador Rubens Andrade citou a questão dos idosos. Eu tenho um exemplo prático que pode ilustrar isso. Hoje, a unidade que está atuando lá, Albert Sabin, com toda a capacidade possível, com toda a dedicação da direção, a enfermeira Dra. Maria Helena, que é uma excelente diretora, infelizmente, carece de uma infra-estrutura, de um espaço para atender uma população de aproximadamente 100 mil moradores na comunidade. Estamos vivendo um momento muito delicado. O exemplo prático é uma moradora de 94 anos, que eu acompanhei: mora sozinha, deficiente física, teve AVC, teve um derrame e é hipertensa. Visitando a cada dela às nove e meia da noite, foi convidada por uma legionária da igreja – uma senhora idosa da Legião de Maria, informando: Ora, tem uma senhora de 94 anos, lá, em cima do Morro, que está sentindo várias dores na nuca. Isso, isso, isso. Ela não tem perna. A perna foi amputada. Ela teve um derrame e não tem como! A gente não sabe o que fazer porque não tem médico na unidade, pois infelizmente os médicos pediram demissão. Eu não sei por qual motivo. De manhã cedo, eu fui lá na casa da senhora. E realmente ela estava muito ruim. E aí quem vamos procurar. A unidade não tem médico. A gente poderia estar tentando um encaminhamento ao Miguel Couto.

Resolvi ligar para o SAMU, com muita dificuldade, com muito sacrifício, conseguimos que o chefe da equipe e quero até parabenizar a atuação do SAMU que apesar das dificuldades na comunidade, atuou muito bem: com 45 minutos, foi até a casa desta idosa. E conseguimos fazer o encaminhamento para o Hospital Miguel Couto e foi muito bom.

Então, eu estou falando deste tipo de atendimento básico, de pessoas que são privadas do seu direito de uso da cidadania do serviço básico de saúde, que acaba tendo que, no caso de uma senhora diabética, passar por quatro cirurgias de amputação, perder as duas pernas porque não tinham o serviço básico que atendesse essa cidadã negra, pobre, carente, idosa. E o caso está entregue nas mãos de Deus. Quem é que vai fazer este atendimento na casa dela? Como é que ela vai sair da sua casa para ser atendida no hospital, se é que vai conseguir ser atendida no hospital.

Então, com relação à questão tuberculose: Hoje, na Rocinha, a gente convive com um dos maiores índices de tuberculose no Rio de Janeiro, e, acho que no Brasil. Se eu estiver errado, Rita que é uma grande representante nossa nos ciclos de debate de tuberculose nacional e internacional. Inclusive já participou de várias campanhas. O maior índice de cura de tuberculose, ela é realizada numa local, que é o maior índice de tuberculose do Rio de Janeiro e do Brasil, que é a Rocinha. Organizada por quem? Pelos agentes comunitários de saúde, que hoje são 43 agentes. A gente medica cada uma daquelas pessoas hoje está em número de quase dois mil atendidos pela comunidade (DOT). Diretamente.

Então, como é que funciona o serviço?

Diariamente, o agente comunitário bate lá, no barraco, sobe o morro. Entra nos becos. Pisa nas valas. Passa embaixo de bala. Como a gente já levou várias vezes. Está no nosso relatório, lá estão aquelas munições na mesa da chefia mostrando. “Olha, aqui, como é que vocês querem que a gente trabalhe”. A gente leva o remédio, o coquetel. E dá diariamente no horário em que o paciente acha conveniente a medicação e acompanha desde a medicação, a consulta, exame, evolução do tratamento, enfim, todo ele. E graças a Deus esse trabalho tem trazido resultado em muitas coisas.

Com relação ao remédio em casa, como eu falei, é o carro chefe do Executivo. Como funcionava antes da atuação do agente comunitário e hoje com o agente comunitário. Antes da ação do agente comunitário, o remédio vinha do Correio, diretamente pelo Correio Amigo, para as biroskas e comunidades. O Correio não têm acesso direto, o Correio Oficial. Então, quem entrega seriam os correios amigos, das comunidades, entregaria nas biroskas, procuraria o morador. Isto provocou vários problemas. Nas biroskas onde deixavam os remédios dos pacientes, muitas vezes, o paciente não sabia que estava lá. Enfim, o rato abria o remédio antes do paciente. E depois com a atuação dos agentes comunitários de saúde. Hoje, a gente conseguiu realizar um trabalho desde a ponta, desde o cadastramento da Unidade, como a doutora lá prescreve a receita, o paciente, medicando.

Desde lá da ponta em que o agente está na comunidade, cadastrando aquele remédio e o paciente pode receber. Indicando o melhor endereçamento, as referências: a birosca do seu João, ao lado da casa da dona Maria para chegar no paciente no tempo exato para que ele possa ser atendido até a entrega e a administração do remédio ao paciente. Olha, que virada de paradigma que eu

acredito que eles não imaginavam que isso o Agente Comunitário faria. O Agente Comunitário de Saúde, hoje, ao entregar o remédio ao paciente de hipertensão e diabetes nas comunidades carentes, especificamente na Rocinha, não só entrega o remédio, mas abre junto com o paciente, confere a medicação, questiona e pergunta ao paciente qual o remédio que ele está tomando.

Os senhores não imaginam quantos casos pegamos em que o paciente, ao invés de tomar três remédios de hipertensão, toma outro e muitas das vezes morre em casa com a caixa cheia de remédio sem a gente poder, naquele momento, orientá-lo devidamente como deve ser feita a administração conforme a prescrição médica. Existem pacientes, Presidente, que temos que escrever a lua e o sol, porque é analfabeto e não sabe o que a médica disse. Orientar quando em caso de não ter o medicamento na farmácia, qual o genérico que a pessoa poderia procurar na farmácia mais próxima.

A gente acredita na importância do nosso trabalho, no valor que ele tem, como vários Vereadores aqui afirmaram, na importância do serviço básico de Saúde. Por que hoje se gasta tanto – se é que se pode chamar de gasto – com o serviço de saúde? Porque não se tem um trabalho efetivo com coragem responsável de serviço básico de Saúde. Cadê os Postos 24h? Cadê os Agentes Comunitários de Saúde nas comunidades carentes? E aí eu falo do Programa Saúde da Família, com as equipes, os médicos e enfermeiros, onde o paciente deficiente físico, o idoso, tem dificuldade de ir para a consulta porque não tem uma ambulância, não tem um serviço que leve até o atendimento. O ideal é ter um Programa de Agente Comunitário onde a transição do PACS – que é do PSF – em que atuamos. O Miguel Couto mandou em caso de dengue hemorrágica lá para a minha área. Como é que funciona? A Unidade aciona o Agente Comunitário, que sai com o pessoal da Endemias, vamos para a área, fazemos bloqueio, realizamos o trabalho naquela área de fato de base, de prevenção e de cura.

Acredito que nesse projeto do Plano Diretor tem que estar contemplando essas questões, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde.

Onde entra o Agente Comunitário de Saúde como profissional dentro dessa profissão tão árdua que é? O Agente Comunitário de Saúde tem a carga horária de serviço maior do que todos os profissionais de Saúde hoje no Brasil. Que me desculpem os médicos, enfermeiros, se eu estiver errado, me corrijam, mas nossa carga horária não é de 40 horas semanais: nossa carga horária é de 24 horas por dia da semana. Naquele dia em que a senhora foi lá na minha casa, às nove e meia noite, falar sobre a paciente que estava com problemas, não tinha quem levasse, não sabia como iria fazer, porque a Unidade estava fechada etc e tal... Então, é o todo momento, a qualquer hora. A Rita também é uma referência na comunidade e a todo o momento as pessoas procuram, não têm atendimento, não têm isso, não têm aquilo... Qual a contrapartida que o Poder Executivo tem com relação ao Agente Comunitário de Saúde?

Em 5 de outubro de 2006, a Lei 11.350 – eu gostaria que ficasse isso registrado na Casa, Sr. Presidente – a Lei Federal 11.350, de 5 de outubro de 2006, sancionada pelo Senado, pelo Presidente da República, que cria o cargo de agente comunitário de saúde e os agentes de endemias, e nossa luta, desde bem antes de outubro, é que essa Lei que regulamenta, no inciso V do Artigo 198, que trata do aproveitamento dos agentes comunitárias de saúde amparados por esta Lei, bem como o cumprimento do Artigo 14 desta Lei, que trata da responsabilidade da

contratação direta pelo gestor local do SUS. Hoje, os agentes comunitários de saúde e seus familiares estão morrendo de fome, Sr. Presidente, e não estou falando isto com ironia. O salário inicial em 2003, através da ONG Bio-Rio, estava R\$ 310,00; em 2005, o salário foi para R\$ 376,00, e em 2006 nosso salário, através de outra ONG chamada Cedap, foi para R\$ 350,00 – um salário mínimo que não é nem regional nacional na época.

Então, que valorização os nossos serviços prestados à comunidade têm perante o Poder Executivo, perante esta Casa e perante todos os Vereadores aqui presentes, integrantes desta Comissão?

Como atuar com essa missão, que acreditamos fundamental, com um salário miserável, desculpe-me a expressão, com um salário que é um desrespeito a todo o profissional que luta nas comunidades?

Reforço ainda a questão da insalubridade. Hoje, estamos diretamente sujeitos à contaminação pelo bacilo da tuberculose. Por quê? Porque atuamos diretamente no combate a ela, somos nós que entramos nos domicílios da Rocinha diretamente, somos nós quem medicamos diariamente os pacientes multi-resistentes ou resistentes à medicação pesadíssima. Então estamos tendo contato.

A nossa insalubridade é diferenciada da de todo profissional da Saúde. É inadmissível isso! Pedimos a presença do representante do Ministério do Trabalho e a resposta do fiscal foi a seguinte: “Olha, de cara vocês têm direito a 40%, que e todo o profissional de Saúde recebe”. Daí, pedimos uma visita, através de carta oficial, e ele disse: “Olha, não podemos visitar as comunidades, porque não temos fiscais suficientes para avaliar se de fato vocês têm direito a 20% ou 40%.” O agente comunitário de saúde diretamente está trabalhando na Unidade, com remédio em casa, com paciente, atuando diretamente no Programa Saúde da Família e nossa insalubridade é de 20%, enquanto todo profissional de Saúde recebe 40%!

Concluindo, acreditamos na importância do nosso trabalho, com a contribuição para o bem-estar da população, serviço básico, e pedimos também a implantação e a ampliação do PACS em todas as comunidades – não só na Rocinha, pois para uma população de 100.000, está atuando com 43 agentes comunitários de saúde. Pedimos também a ampliação do Programa Saúde da Família, pois acreditamos que assim estaremos de fato universalizando o direito à saúde básica e à assistência social e cremos que essa ampliação contribuirá muito para um maior acesso ao serviço básico de saúde.

Registro também a presença da Vereadora Silvia Pontes e do Vereador Prof. Célio Lupparelli, como eu já falei, que está sentado à minha direita, e também faz parte da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente; e da Dyrce Drach, representando a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro.

Hoje, vamos discutir a proposta do Plano Diretor que tem por finalidade orientar a atuação do Poder Público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbanos e na oferta dos serviços públicos essenciais, visando a assegurar uma melhor qualidade de vida à nossa população.

Neste Debate, discutiremos questões relativas à Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente, como a proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência; também ações específicas ligadas à educação infantil, ao ensino fundamental, à educação de jovens, além da geração de primeiro emprego.

Falando em geração de primeiro emprego, pela manhã, o Secretário Municipal do Trabalho e Emprego Wanderley Mariz, ligou, dizendo-me que, infelizmente, pois estaria em Brasília. Eu gostaria de ouvir a opinião dele sobre essa questão da geração de primeiro emprego.

A participação da sociedade civil é de extrema importância para a criação de políticas sociais que sejam capazes de influenciar positivamente no desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes. A educação é o único instrumento capaz de diminuir as desigualdades sociais e incentivar o crescimento econômico, político e cultural de toda uma população.

No primeiro momento, as autoridades terão a oportunidade de mostrar o que têm feito e o que ainda irão fazer para melhorar a qualidade de vida de nossas crianças e adolescentes, através de projetos e ações. Num segundo momento, ouviremos as sugestões e críticas dos participantes desta assembleia, que deverão se inscrever antecipadamente, salientando que todas as propostas aqui apresentadas serão encaminhadas à Comissão do Plano Diretor, para que, depois de discutidas, possam vir a ser objeto de emendas do projeto proposto.

Na oportunidade, gostaria de destacar a participação da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente desta Casa de Leis, no que tange à proteção e defesa dos seus direitos. Esta Comissão recebe denúncia de maus tratos, exploração sexual e de todo tipo de violência física e psicológica.

No ano de 2000, fui eleita Vereadora e meu compromisso foi de lutar, para que esta Casa tivesse uma Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente. Depois de um ano, conseguimos, através de projeto de resolução da Mesa, implantar essa Comissão, que tem trabalhado muito e tem contribuído, para que a vida de nossas crianças e adolescentes seja melhor.

É muito importante a participação de todos nesta Audiência de hoje.

O telefone é o 08002829996, e quero dizer a vocês que, se souberem de alguma criança, ou algum adolescente que esteja sofrendo maus tratos, denunciem, por favor, nesta Audiência. Lembrem-se de que a omissão também é crime.

A Dra. Maria Christina Rodrigues Menezes está representando o Secretário Estadual de Trabalho e Renda, Alcebíades dos Santos.

Gostaria também de registrar a presença do Dr. Jorge Braga, que está representando a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Bento Rubião.

Vamos começar nossa Audiência passando a palavra ao Prof. Célio Lupporelli. Temos alguns alunos que também vão participar. Gostaria que dessem o nome e que fizessem parte da Tribuna. Eu gostaria também que a Mesa não tomasse todo tempo das pessoas que vieram participar e dar a sua opinião em relação ao Plano Diretor.

Com a palavra, o Exmo. Sr. Prof. e Vereador desta Casa Célio Lupporelli.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Bom-dia, Sra. Presidente, demais componentes da Mesa.

Fico muito feliz, com o dia de hoje, pois estamos presentes a todas as Audiências e observamos que as que tiveram uma frequência agradável, plena e participativa foram as duas presididas pela Vereadora Liliam Sá.

A senhora está de parabéns pela sua capacidade de mobilização. Já começo feliz o dia em ver a platéia, o grupo de jovens, principalmente, que deverão contribuir com suas idéias.

Como professor gosto de ouvir mais o aluno e depois falar. Penso que o professor deve estimular o aluno a aprender. Essa deve ser a metodologia do professor atual, e eu acho que a senhora está perfeita. Agradecendo sua capacidade de mobilização e a todos que estão aqui presentes, gostaria de pedir à senhora que eu fizesse como Vereador o encerramento, além de professor e médico, porque essas são duas áreas que afetam muito a nossa juventude.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Quero lembrar que os alunos também querem participar e fazer perguntas à Mesa. Isso é muito importante. Então, temos de respeitar o tempo para falar de três minutos, com a finalidade de agilizar os trabalhos e todos saírem satisfeitos daqui.

Com a palavra, o Prof. Paulo Henrique Barbosa de Andrade, do Colégio Teresiano da PUC, que trouxe seus alunos aqui.

O SR. PAULO HENRIQUE BARBOSA DE ANDRADE – Bom-dia. Fui pego de surpresa em relação a participar desta Mesa, mas de alguma forma eu tenho algumas idéias, principalmente sobre a melhoria da Educação na Cidade do Rio de Janeiro.

Uma das coisas que me preocupa muito, em relação à política educacional do Município do Rio de Janeiro, é a forma como os alunos são avaliados nas escolas municipais. Eu acredito – e tive essa experiência, já fui professor de colégio municipal – que essa forma de aprovação não está preparando esse aluno, efetivamente, para o mercado de trabalho ou para a vida. Então, se eu for comparar esses alunos com os meus alunos das escolas particulares, a forma como eles são avaliados oferece a eles muito mais chances no mercado de trabalho e na mobilidade social do que os alunos do Município, porque me parece que isso mantém essa estrutura social que existe no país.

Uma outra coisa também, que eu acho que é uma coisa de senso comum – eu estive aqui conversando sobre isso com a Professora Kátia – é sobre uma escola que seja uma escola integral, em que o aluno possa, além de ter as disciplinas do núcleo comum, que ele possa ter acesso ao esporte, que ele possa ter acesso à arte, que ele possa ocupar o tempo dele no colégio e não ficar na rua à mercê, a gente sabe muito bem, de outras coisas que fazem com que esse aluno desvie do seu caminho, do caminho correto. A minha proposta seria essa.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Eu também, defendo a escola em horário integral. Eu acho que isso seria ótimo, ensinando principalmente música, esporte e uma profissão. Muito obrigada, Dr. Paulo.

Com a palavra, a Prof<sup>a</sup>. Kátia Regina da Costa Silva Citola.

A SRA. KÁTIA REGINA DA COSTA SILVA CITOLA – Bom-dia. Eu estive conversando, também, antes, aqui com o Prof. Paulo e concordo plenamente com ele. Eu trabalhei até um período na Secretaria de Estado de Educação, na Assessoria Jurídica. Sou professora da PUC, do Departamento de Direito. Leciono Direito Civil; especificamente, Direito de Família. E pude constatar que na esfera estadual acontece a mesma coisa: havia alunos de quinta série que, infelizmente, faziam uma redação mas não sabiam escrever. Estavam na quinta série sem saber ler e escrever. Isso é inviável. A gente não pode ter crianças completando o ensino fundamental sem saber ler, escrever, sem saber as operações matemáticas básicas. Isso não é dar educação.

Então, realmente, essa idéia de ensino em horário integral, e trabalhando também, paralelamente, até para que as crianças possam ter um acompanhamento no próprio direcionamento de estudo é uma realidade muito diferente da realidade dos alunos que estão presentes, aqui, hoje. Então, isso é importante. E, paralelamente a isso, esporte, educação artística, cultural. Eu acho que isso é fundamental. E acho que é por aí a gente pode ter algum avanço.

Para completar e já que o tempo é bastante breve, eu só queria chamar atenção pra o fato de que nós temos – eu acho que foi entregue para vocês o Estatuto da Criança e do Adolescente -, no Brasil, uma das legislações mais avançadas no que diz respeito à infância e à adolescência, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que veio na esteira da Constituição de 1988. E eu fiquei feliz em saber que vocês também já estão dando uma pincelada nisso, já estão estudando um pouco isso. E convido vocês a olharem, a darem uma analisada no Capítulo que trata da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, Artigos 226 a 230 da Constituição. Esses artigos trazem, principalmente o 227, os direitos fundamentais da criança e do adolescente, de não sofrerem nenhum tipo de discriminação, de negligência, de violência, de abandono. E, infelizmente, não é o que a gente vê.

Conversando com a Vereadora, eu soube que ela estava apresentando um projeto bastante interessante no que diz respeito à maternidade na adolescência, possibilitando à mãe adolescente se reintegrar no mercado de trabalho, dando a ela algum suporte para que ela possa trabalhar e ter seu filho próximo.

Então, o Estatuto da Criança e do Adolescente, se vocês observarem, é dividido basicamente nas normas cíveis e nas normas criminais. O que a gente tem ouvido muito falar, hoje em dia, é justamente sobre a parte criminal, que fala do ato infracional, da penalidade a que a criança e o adolescente estão sujeitos.

Adulto maior de 18 anos comete crime; menor de 18 comete ato infracional. São os mesmos atos, só que recebem o nome de ato infracional e eles estão sujeitos às penalidades do Estatuto. E as pessoas estão muito preocupadas com essa área penal do Estatuto, falando: “Ah, mas a punição não é suficiente e tal” e estão esquecendo que o mais importante é a gente colocar em prática o direito à saúde, o direito à educação, o direito à liberdade, o direito à convivência comunitária da criança e do adolescente.

Então, eu acho que está se abrindo um espaço aqui importante para discutir isso. Eu me preocupo um pouco quando a gente fala em criança e adolescente, e o Estatuto não trata só de crianças marginalizadas, mas ele trata, traz o princípio da proteção integral; ele protege todos vocês também até 18 anos, criança até 11, adolescente de 12 a 18 incompletos. Então, esse Estatuto protege todas as pessoas

em desenvolvimento. E o que me preocupa no mundo é que numa época que a gente está muito voltado a imediatismo, trabalhar com criança e adolescente não é assim; exige projetos. São projetos em que se vê resultados a médio e a longo prazo, geralmente.

Então, acho que isso é importante nós pensarmos e, enfim, depois estou aberta a perguntas. E não vou me estender muito porque sei que o tempo é curto.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Com a palavra o Prof. Jacques Swarztein, representante do Unicef.

O SR. JACQUES SCWARZTEIN – Sra. Presidente, parabéns pela sua liderança e pelos trabalhos da Comissão. Nós somos do Unicef e estamos nos instalando no Rio de Janeiro agora. Temos uma pequena equipe agora instalada no Rio de Janeiro. É um movimento dessa agência das Nações Unidas para as grandes cidades brasileiras, em função da situação de violência que os grandes centros urbanos brasileiros vivem. Até então trabalhávamos no Nordeste e na região Norte, na Amazônia, que eram as regiões consideradas prioritárias, onde os indicadores sociais, de uma forma geral, são os piores e onde as crianças e os adolescentes têm graves problemas. Hoje, com o processo de urbanização, sabemos – e os números apontam, os indicadores deixam claro – que encontramos dentro das grandes cidades brasileiras problemas tão sérios quanto os problemas que crianças podem ter no sertão, na caatinga nordestina ou entre as populações ribeirinhas da Amazônia.

Então, agora estamos nos instalando aqui. É uma satisfação imensa estar aqui com vocês. Estamos conhecendo os diferentes atores, conhecendo os protagonistas, entrando em contato com todos aqueles que fizeram dos direitos da criança uma causa e que se empenham nesse sentido. Vou pegar uma carona nas falas das pessoas que me antecederam. O tempo é curto e eu queria, portanto, entrar na história da educação integral.

Educação integral não é apenas Educação em período integral, não significa apenas que a criança passa sete horas por dia na escola. Mais que sete horas também seria exagero. A criança tem direito a uma outra vida fora da escola. Mas digamos aí seis a sete horas no espaço escolar. Educação integral não significa apenas que ela passe esse tempo dentro da escola. Ela significa também que a formação dela é integrada; ela não é compartimentada em matérias, mas ela leva em consideração o ser humano como um todo e, sobretudo, ela leva em consideração o contexto onde a criança vive.

Que a escola trata das questões do entorno social da criança, que a escola aborda o conhecimento universal, mas que chegue ao conhecimento universal através de uma análise, de uma reflexão daquela realidade onde a criança está envolvida. Então, nos grandes centros urbanos certamente que a reflexão sobre a realidade, ela envolve a questão da segregação territorial. Nós vivemos numa cidade partida, nós vivemos numa cidade dividida aonde há territórios estanques, onde determinadas pessoas frequentam exclusivamente alguns territórios e nunca passam pelos outros territórios. A cidade não é de todos. A cidade está dividida. Nós temos em comunidades populares do Rio de Janeiro, como no Complexo da

Maré ou em outras, crianças que nunca foram à praia. Nós temos mulheres, crianças e jovens que nunca saíram daquele espaço da favela. Então, de alguma forma, elas não pertencem à cidade, elas estão excluídas. E temos naturalmente muito de nós mesmo mais bem situados que nunca foram a uma favela. Então, essa é a cidade onde nós vivemos e esta situação gera naturalmente violência. Ela produz violência. Então uma das sugestões que fazemos quando pensamos no Plano Diretor é que este é uma reflexão urbanística territorial, então achamos que este tema deve ser incluído na reflexão da Câmara relacionado ao Plano Diretor.

O que significa isso? Significa que não podemos exclusivamente quando pensamos numa comunidade popular, numa favela, não podemos pensar nela isolada do contexto. Não podemos ver quantas crianças vivem aqui, quantas escolas são necessárias e quantos postos de saúde são necessários e vamos dentro daquele espaço construir as escolas, os postos de saúde. Nós temos que pensar em territórios maiores que incluem essas comunidades populares e temos que olhar para esses territórios maiores e aí sim fazer o levantamento. Quantas crianças moram aqui e quantos espaços de lazer disponíveis para essa totalidade de crianças? Então eu acho que espaço de lazer, espaço de acesso à cultura para todas as crianças e todos os adolescentes da cidade é uma obrigação da cidade para com as crianças e os adolescentes da cidade é uma obrigação da cidade para com as crianças e os adolescentes. E nós sabemos que as crianças das comunidades populares não têm acesso a espaços de lazer, porque esses espaços não existem. Não têm acesso à espaço de desenvolvimento de atividades culturais porque esses espaços não existem. Porque aqueles espaços que existem não estão abertos para elas ou porque elas não se sentem à vontade de frequentar esses espaços. Então, se queremos pensar no Plano Diretor não podemos olhar exclusivamente para cada comunidade popular, temos que olhar para espaços maiores e fazer a nossa análise de situação em espaços maiores e tentar equacionar soluções para esses espaços um pouco maiores.

E aí eu volto à educação integral. A educação integral implicou em tentativas absolutamente dignas de respeito como os CIEPs, por exemplo, no Rio de Janeiro, mas também aquelas propostas do Governador Collor, os CIACs, em que se construía grandes unidades escolares que deveriam proporcionar esportes, cultura, saúde, alimentação onde as crianças permaneciam. E percebeu-se que de alguma forma o Brasil não conseguia gerenciar esses espaços porque a manutenção desses espaços era cara demais, raros casos deram certo, mais de uma forma geral essas unidades trouxeram problemas. Existe hoje uma outra forma de educação integral em que as crianças frequentam as escolas, mas frequentam também espaços comunitários nas comunidades. Então, clubes esportivos, centros culturais, sede de Organizações não Governamentais, de alguma forma satélites da escola que as crianças frequentam de forma organizada. E a educação integral não se localiza mais em um único espaço, mas a criança vai de manhã para escola, à tarde na segunda-feira ela vai ao Clube de Golfe da Gávea se ela morar na Rocinha, porque no Clube de Golfe da Gávea tem uma atividade para ela, terça-feira. Quem sabe ela vai a algum Centro Cultural em algum *shopping center* que está disponível à tarde porque está vazio, e vai haver projeções de cinema para ela e por aí fora. E tudo isso de forma organizada. O grupo sai da escola, vai acompanhado para lá, desenvolve as suas atividades e com isso começa a romper as barreiras, e vamos unir melhor essa cidade. É um modelo que começa a ser implantado no Município

de Nova Iguaçu, é um modelo que começa ser implantado em Belo Horizonte e deseja garantir educação integral a todas as crianças, não apenas com responsabilidade do estado, mas com responsabilidade compartilhada por todos nós.

Concluindo, acho que era um estímulo que a gente pode deixar por aqui e a gente pode continuar conversando mais tarde.

Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Eu gostaria de registrar a presença do Vereador Carlo Caiado e do Vereador Domingos Brazão; do Sr. Sérgio Graça Aranha, representando o Dr. Orlando Diniz da Fecomércio; do Sr. Rogério Graça Aranha; Sr. Célio Marcelino Gomes, representando a Presidência da Comissão dos Direitos Humanos da Alerj e também o Sr. Agnaldo Tavares Néri, da Associação dos Pacientes Crônicos do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Com a palavra, a Dra. Riva Rosemberg, representando o Exmo. Secretário Municipal de Saúde, Dr. Jacob.

A DRA. RIVA ROSEMBERG – Bom-dia! Cumprimento a Presidente, Vereadora Liliam Sá, toda a Mesa e todos os presentes. Quero dizer que sempre que venho a um lugar e vejo adolescentes, jovens, presentes, isso me deixa muito feliz. Acho que se vamos conseguir caminhar, depende do potencial que vocês têm para ajudar a desenvolver o país. Fico muito feliz por vocês estarem presentes aqui.

Todos já falaram da importância da Educação, que é fundamental. Mas é muito importante também ter acesso a outras ações, como ações de Saúde, de Esporte e Lazer e de Assistência. Para conseguirmos fortalecer o direito da criança e do adolescente, precisamos trabalhar intersetorialmente, com tudo o que existe nosso dispor, organizando o fluxo para esses adolescentes poderem, de fato, ser cidadãos. Complemento dizendo que os adolescentes têm um enorme potencial. Quando falamos neles, temos que acreditar nesse potencial e reforçar em termos de políticas públicas, sociais e familiares e o que pudermos, fornecendo apoio, para que, de fato, esse potencial se desenvolva.

Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Após mais algum tempo, passarei a palavra ao Professor Paulo Henrique Barbosa.

O colégio tem que se retirar ao meio-dia. Começamos atrasados devido ao trânsito ruim que prejudicou a chegada de muitos convidados à Audiência. Vocês, então, poderão formular suas perguntas e poderemos ouvir os jovens.

Por ora, passo a palavra ao Prof. José Bruno, representando o Magnífico Reitor da UERJ, Nival Nunes de Almeida.

O SR. JOSÉ BRUNO – Bom-dia a todos! Por delegação do Reitor Nival Nunes de Almeida, estou aqui representando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Conhecer é mudar. Então, para não ficar tão simplesmente no terreno protocolar, é meu dever dar breves informações aqui para esses jovens, que um dia

estarão na universidade, sobre a UERJ. Rapidamente: a UERJ é, hoje, a nona universidade do país, com 30 mil alunos, entre graduando e pós-graduandos, tem uma pesquisa portentosa e uma extensão também respeitada. Somente para terem uma idéia, uma entre as oito experiências que foram feitas no espaço pelo nosso astronauta que subiu há pouco, uma delas foi feita em nossa universidade. Estou dizendo isso para que vocês, jovens, se orgulhem dessa universidade onde provavelmente, um dia, muitos de vocês vão adentrar e também dizer que estamos precisando, no momento, do apoio de toda a sociedade – não só fluminense, mas brasileira – para defesa da universidade, que hoje tem seus recursos bastante limitados.

Finalizo dizendo que saio daqui entusiasmado ao ver jovens dentro da casa de fazer política – política – política como arte de bem gerir a coisa pública. Porque, como já dizia Thomas Jefferson, um dos fundadores da república estadunidense e que estava a muitos anos-luz de distância do atual Presidente dos Estados Unidos, porque era um homem realmente de bom senso: “Quando o povo se afasta da vida pública, a nação está perdida.” Então, com essas palavras, eu saúdo... a todos aqui, e que tenhamos uma Audiência Pública bastante proveitosa.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Quero registrar a presença do nobre Vereador Rogério Bittar.

Professor, então, agora o senhor dá a palavra aos jovens que vão participar, porque às 12 horas eles têm que voltar a suas atividades escolares. Temos 30 minutos para ouvi-los. Quem vai fazer primeiro o uso da palavra?

O PROF. PAULO HENRIQUE BARBOSA – Não consegui conversar com eles, mas gostaria que os alunos fizessem algumas perguntas. Ficaria muito feliz com isso.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – A Tribuna está aberta. Por favor, quem vai ser o primeiro a falar? Ou, então levar um microfone sem fio até eles, por favor. É para dar para os alunos para eles não se deslocarem até a Tribuna. Cada um fará uma pergunta, por gentileza.

Por gentileza, fale seu nome, sua idade e a pergunta.

ANTÔNIO MANUEL (ALUNO) – Bom-dia.

Tenho 16 anos, e a pergunta é para a Kátia. Quero saber se o projeto, a longo prazo, teria alguma medida mais imediata. Você falou que é um projeto, mas mais a longo prazo sobre as escolas de horário integral. Desejo se há alguma coisa mais imediata para fazer.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Para a Mesa.

ANTÔNIO MANUEL (ALUNO) – Para a Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Foi da Unicef, não? Que falou sobre horário integral e a professora e o professor também. Vamos deixar responder, por gentileza o Dr. Jacques.

O PROF. PAULO HENRIQUE BARBOSA – Para responder, eu teria que participar da esfera pública. Você está perguntando se existe alguma proposta imediata em relação a isso, em relação à educação integral, é isso?

ANTÔNIO MANUEL (ALUNO) – É

O PROF. PAULO HENRIQUE BARBOSA – Eu não posso responder a você.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Deixe, por favor o Dr. Jacob, responder porque ele estava falando sobre o horário integral.

O SR. JACQUES SCWARZTEIN – Desculpe, seu nome é Antônio Manuel.

ANTÔNIO MANUEL (ALUNO) – Sim.

O SR. JACQUES SCWARZTEIN – Legal Antônio. Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Qual a sua série?

ANTÔNIO MANUEL (ALUNO) – Terceiro ano.

O SR. JACQUES SCWARZTEIN – Ótimo. A base jurídica, a Lei de Diretrizes e Bases, que é uma Lei em vigor, prevê educação integral para todas as crianças do país, até o ano que, segundo me consta, já passou. Segundo me consta, até 2005 todas as crianças deveriam ter acesso à educação integral. Posso estar errado quanto a 2005. Se alguém souber, que me corrija. Pronto. Meus colegas me confirmam que era 2005.

Então, a Lei que recomenda isso. Então, podemos agir. Não precisamos mais ir ao Congresso, não precisamos mais ir a lugar algum. E podemos começar a implantar isso. Hoje em dia, como coloquei anteriormente, a proposta é de uma educação integral que não fique somente dentro da escola. Se vocês querem fazer alguma coisa, de imediato, vocês podem escolher uma escola - aquelas que vocês escolherem que for mais do grupo de vocês – que considerarem uma escola mais adequada, podem ir a essa escola, conversar com a direção da escola, e depois circular nas proximidades da escola e ver quais são os espaços que tem. Onde há um clube esportivo, onde há uma igreja que tem um espaço bacana, onde haja uma biblioteca, uma sala de teatro que à tarde fica fechada, e essa coisa toda. E vão conversar com os responsáveis por esses espaços para ver se eles podem ser cedidos. E vocês mesmos, ou apoiados por alunos da PUC, podem começar a desenvolver, nesses espaços, atividades complementares à escola: esportivas, reforço escolar, cultura, teatro, fazer cinema, fazer vídeo, enfim, o que for. E, com isso, vocês já vão estar proporcionando educação integral aos alunos de uma

determinada escola. Esses alunos, no horário oposto à escola. Naturalmente, tudo isso tem que ser muito bem costuradinho com a Secretaria, com a direção da escola, com essas instituições todas, e as crianças começam a sair, elas recebem sua refeição, formam grupos e vão para um espaço, vão para outro, na segunda-feira é uma coisa, na terça-feira é outra, e vocês vão ver que trabalho fabuloso e gostoso de fazer que vocês estão fazendo. Podemos começar desde já, não precisamos esperar mais nada. Porém, evidentemente o ideal era que isso fosse uma Política Pública, evidentemente o ideal é que esta Casa se debruçasse sobre isso e trabalhasse a questão da Lei, juntamente com a Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Municipal de Educação para que isso fosse operado maciçamente e não dependesse exclusivamente do protagonismo de vocês. Mas vocês podem sair na frente e dar o exemplo, numa boa!

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigado, Dr. Jacques. Vereador, o senhor quer fazer uso da palavra, e eu pediria que não se demorasse porque os alunos têm que se retirar às 12 horas e nós queremos saber o que eles pensam.

O SR. VEREADOR ROGÉRIO BITTAR – Quero apenas sugerir, Sra. Vereadora, que a gente faça um minuto de silêncio em memória aos 33 universitários que morreram tragicamente ontem, em Virginia, nos Estados Unidos.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Por solicitação do nobre Vereador Rogério Bittar, vamos fazer um minuto de silêncio pelos jovens que faleceram ontem.

(Faz-se um minuto de silêncio)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Com a palavra, o nobre estudante.

O SR. DANIEL RODRIGUES – Tenho 16 anos e estou cursando o 3º ano C. Complementando o que o Dr. Jacques falou, quero saber se não há projetos públicos. Ele falou primeiro que os CIEPs não deram certo porque o custo era muito alto, mas o que me parece é que o imposto em nosso país é muito alto e há dinheiro, capital para fazer isso. Se não há projeto para ajudar. A gente pode ajudar também, como se falou, procurar bibliotecas, espaços para ajudar, mas o Poder Público não está se movendo para ajudar? Não há projetos, não há nada? A gente pode ajudar só que também já pagamos impostos para isso, cumprimos nossos dever.

O SR. JACQUES SCWARZTEIN – Eu passo a pergunta para o Presidente da Mesa aqui da Casa, o Legislativo Municipal. Sua pergunta absolutamente perfeita. É justamente o que coloquei antes. Vocês podem sair e dar o exemplo, mas a educação do país não pode depender apenas, ou exclusivamente da militância e da motivação de vocês. A cidade tem que fazer a sua parte, as Secretarias têm que fazer sua parte. Lugar de criança não é só na escola, não é só na família, não é só na comunidade, é também no Orçamento Público.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Obrigada pela batata quente! O que faltou aqui é alguém representando a Secretaria Municipal de Educação. Há alguém presente? Está presente a Secretaria de Esporte e Lazer. Você poderia responder a perguntar por favor, por favor?

A SRA. ISABELLE FREIRE – Sou Coordenadora Sócio-Pedagógica da Secretaria de Esporte e Lazer e estava ali em cólicas porque estava querendo responder às perguntas de vocês. Vocês já ouviram falar das Vilas Olímpicas? São áreas de esporte e lazer que tem esse objetivo. Obviamente a gente não consegue atender a todas as comunidades, a todos os espaços. Atualmente temos 11 Vilas Olímpicas cuja proposta é exatamente que o aluno complemente o seu horário escolar. Ou seja, ele vai ao colégio, tem seu horário de estudo, de avaliações, e depois ele irá às Vilas Olímpicas onde vai fazer atividades esportivas, a parte da cultura, toda a parte de lazer, de estimulação esportiva, de grupos, de parcerias. E, para que isso aconteça, contamos com a parceria de várias Secretarias Municipais: a de Assistência Social, a Secretaria de Saúde, agora estamos tentando fechar adolescentes para dentro da Secretaria de Esporte e Lazer, para dentro das Vilas Olímpicas, Cepedec, com cursos multiplicadores. Então, eu acho que dentro das nossas Vilas Olímpicas, hoje, acontece um grande pólo macro-fundamental. Com uma grande parceria, a gente tenta atender esses jovens, dando uma noção, tentando integrá-los, dando uma noção de pertencimento na nossa sociedade. Infelizmente, não temos pernas ainda para atender todas as comunidades, mas estamos começando um papel bastante interessante, dando um passo bastante interessante diante desses tumultos, dessas confusões que têm acontecido. Mas isso já acontece.

Convido vocês, depois eu deixo o meu contato, para que conheçam uma Vila Olímpica. Eu acho super interessante. Isso vai ser bastante revelador e vocês vão conhecer muita coisa diferente. É um trabalho bastante integrado e complexo, que tem trazido muitos resultados positivos para gente.

Muito obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Alguma outra pergunta?  
Seu nome, por favor.

O SR. TOMÁS DE OLIVEIRA BREDARIOL – Tomás de Oliveira Bredariol. Eu estou no 3º ano do Teresiano e tenho 17 anos.

Eu tenho duas perguntas. A primeira, para o representante do Reitor da Uerj. Quanto à pertinência das cotas na universidade, o alto número não chega a prejudicar o ensino dos alunos? E, principalmente, quanto às cotas raciais, acha que são justas, válidas e têm pertinência?

A minha segunda pergunta é para o representante da Unicef, que falou dos CIEPs, dos CIACs, que não tinham como administrar, que não tinha recursos. Mas os novos estudos do IBGE dizem que os recursos para educação do Brasil são muito baixos. Será que não tem como investir mais, principalmente agora que a economia está em pleno crescimento, na educação e na infra-estrutura?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Por favor, Professor.

O SR. JOSÉ BRUNO – Em primeiro lugar, essa questão das cotas é altamente polêmica. Eu confesso para você que já tive idas e vindas no meu cérebro com relação a essa questão. Às vezes, eu até acredito que seria uma questão para plebiscito. Mas como nós temos concretamente hoje as cotas, eu vou responder. Com relação às cotas raciais, eu tenho os meus questionamentos, mas com relação às cotas sociais, eu não tenho nenhuma dúvida de que elas são necessárias. Agora, as cotas foram instaladas... A universidade que foi pioneira em termos de cotas no país foi a Uerj. Mas essa questão nasceu muito de cima para baixo, sem uma discussão maior e, pior, sem que os recursos, sem que as verbas fossem colocadas na universidade a fim de manter os cotistas lá dentro. Só para vocês terem uma idéia, os cotistas da Uerj, hoje, recebem R\$ 190 por mês, durante apenas um ano, para ficar na universidade. Isso é impossível! Como é que eles vão poder continuar seus estudos? Então, eu acho que a sua pergunta é importantíssima. Essa questão das cotas, nós temos procurado lidar com elas da maneira mais racional possível, mas é necessário que aqueles que as criaram dêem condições à universidade para mantê-las.

(PALMAS)

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI - Vereadora, ainda sobre as cotas, eu poderia dar uma contribuição rápida.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Um minuto porque a Professora Kátia pediu a palavra.

A SRA. KÁTIA REGINA DA COSTA SILVA CITOLA – Uma complementação com relação ao que você disse de cotas. Eu acho que o problema grande é que a política de cotas não pode ser um aval para que o Poder Público se desincumba do seu dever de investir na educação fundamental, na educação básica.

(PALMAS)

Essa é que é a preocupação. A gente não pode tentar corrigir por cima; a gente tem que corrigir por baixo. Então, as crianças têm que terminar o ensino fundamental, têm que terminar o ensino médio preparadas para entrar na universidade, no curso profissionalizante, ou o que for de sua escolha. Então, essa é a grande preocupação. Além de não dar o apoio para que permaneçam na universidade... Enfim, eu já pude conversar com professores da Uerj, onde há alunos cotistas interessados e até bons sim, mas é óbvio eu isso não pode ser um aval para que o Poder Público cruze os braços e diga: “Bom, agora a gente vai ter um X de alunos provenientes de escolas públicas, no ensino fundamental”. Essa é a minha grande preocupação. Isso tem que ser um trabalho paralelo e a responsabilidade do poder público aumenta com as cotas.

Era isso que eu queria acrescentar.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada.  
Com a palavra, o Sr. Vereador Prof. Célio Lupparelli.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – A Prof. Kátia já praticamente falou o que eu queria citar, mas eu gostaria de acrescentar o seguinte. As cotas constituem uma realidade hoje. Evidentemente que todo mundo discute, isso é polêmico, mas se determinássemos que paralelamente as cotas tivessem um prazo fixado, para que o Poder Público, principalmente, não é no ensino fundamental, no ensino médio.

Eu vou aqui trazer um dado do bairro em que moro, Jacarepaguá. A última escola de ensino médio que foi construída em Jacarepaguá foi em 1957; de lá para cá nenhuma mais foi construída. Então, o problema existe, sim, alguma coisa no ensino fundamental, tudo bem, mas ele vai muito em frente no ensino médio. O que é difícil, eu estou dizendo aos senhores – porque eu dou aulas em colégio particular, no Colégio Pentágono, fui diretor de Escola Municipal, no ensino fundamental e hoje dou aulas na turma de terceiro ano, pré-vestibular, do Colégio Pentágono – que não é possível um aluno de ensino médio público competir com o aluno de colégio particular. Como é o caso do Colégio Pentágono, do Colégio São Bento e outros. Concordamos até com a cota, mas é necessário que os Governos Estadual e Federal, que são responsáveis pelas escolas de ensino médio, tenham também a sua cota, o número de ano que essa cota possa ser utilizada com os estudantes. Era isso.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigado, Professor. A pergunta foi feita para o senhor, não é, Sr. Jacques?

O SR. JACQUES SCWARZTEIN – Muito obrigado. Rapidamente, me dou o direito a um rápido comentário sobre as cotas, o que não era a minha pergunta. Eu fiquei superfeliz, eu acho que é entusiasmante mesmo, nós vimos há dez dias que, quando fizeram a avaliação de desempenho dos estudantes do Prouni, os estudantes que recebem bolsa do Governo Federal para frequentar as universidades particulares, foram os que tiveram melhor desempenho.

O Prouni também é um sistema de cotas, ou seja, de alguma forma se abre espaço para os alunos que não teriam acesso à universidade, no caso por questões financeiras, para que eles possam ter acesso a essas universidades. E eu acho que foi uma surpresa fantástica para todos os brasileiros, ver que justamente aqueles meninos e meninas, aqueles jovens e aquelas jovens que não tinham acesso, chegam à universidade particular e têm um desempenho melhor do que aqueles que pagam. Então, isso é sobre a questão do nível. A questão das cotas pode ter o seu conteúdo polêmico e tem que ser discutido. Agora, quanto a baixar o nível da educação por causa da cotas, não existe nada que aponte para isso neste momento. “Então, isso aí eu acho que é uma coisa ainda não está dado.

Agora sobre o financiamento da educação, você tem toda razão, e acho que você está me chamando a atenção para um fato, porque se há Brizolões, são coisas que datam de 20 a 25 anos atrás, é coisa de um tempo passado. Naquele momento, de fato as administrações municipais e estaduais trouxeram à tona que não teriam

como manter aqueles espaços, que são pesados, grandes, exigem muitos recursos humanos, alimentação, médicos, dentistas e essa coisa toda, e diziam que o orçamento não era suficiente. Naquele tempo não existia o Fundef, que era o fundo de financiamento do ensino fundamental, hoje transformado em Fundeb. Então, é muito recente, foi aprovado agora no Congresso e está entrando em vigor. Os recursos de educação no país estão crescendo muito, não sei se suficientemente, mas a gente tem que ver que há um aumento dos recursos e é possível que com o Fundeb já seja viável e possível se tocar escolas em horário integral, mais ou menos no modelo dos Cieps e dos Ciacs, há que se ver isso, O setor público tem que fazer os cálculos e perceber isso. Agora, de todas as formas, o esquema de ensino integral ocupando outros espaços da cidade é muito legal, porque enriquece a formação da criança, porque envolve a sociedade civil, porque rompe barreiras e integra a cidade. Então, acho que as duas coisas são bacanas.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Obrigada. Com a palavra o Rodrigo.  
RODRIGO (Colégio Teresiano, 3º ano) – Bom-dia.

Pelo que a gente estava falando aqui, eu estava percebendo que a gente estava considerando as crianças e adolescentes que tinham, pelo menos, um nível mínimo de sobrevivência; as crianças e adolescentes que, tinham pelo menos, tinham uma casa, comida, pais que trabalhavam... Mas, ninguém ponderou os moradores de rua, aqueles que não tinham nenhum incentivo, não tinham pais que incentivassem e, pelo meu conhecimento, acho que não tem instituições do Governo que os abrigue, dê incentivo e os coloque nas escolas.

Eu queria ter, pelo menos, uma noção de que medidas vocês tomariam para ajudar esses mendigos a saírem das ruas.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Há algum participante que queira responder? Tem? Faça uso da Tribuna, por favor.

A SRA. MARIA CHRISTINA RODRIGUES MENEZES – Bom dia a todos.

Subo à Tribuna para responder a você, Rodrigo, porque me sensibilizei profundamente com a tua pergunta. Até então, a gente estava tratando das relações das pessoas que têm direito de, inclusive, estudar numa escola, que nem todos têm. Na verdade, estou aqui representando o Secretário de Trabalho e Renda do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Alcebíades Sabino, e eu sou responsável pela Superintendência de Saúde, Segurança e Ambiente de Trabalho.

A minha propositura aqui é estar discutindo essas questões, no que diz respeito a erradicação do trabalho infantil, e acho que a sua pergunta vem ao encontro da nossa colocação. Talvez, eu não tenha resposta para te dar, mas acho que a gente tem algumas reflexões para serem levantadas. Na verdade, a questão que foi colocada aqui perfeitamente por todos os estudantes, e onde tem adolescentes e jovem existe a possibilidade de transformação.

Essa é a minha grande questão junto com você: como a gente vai fazer para garantir a integralidade da ação da educação nos excluídos? Quais são as políticas

que estão sendo pensadas e garantidas para uma população excluída? Como é esse adolescente de 16, de 17 anos que agora não está aqui ou não está numa sala de aula, e que está tentando compor a sua renda familiar? Como a gente vai tentar discutir e mitigar essa violência? Porque acaba passando de uma forma subliminar. Se a gente quer a integralidade da ação, do ponto de vista multifatorial, a intervenção no processo educacional, acho que existem outras populações que a gente tem que estar pensando, de uma maneira mais transparente, em cima da mesa.

Então, a minha estada aqui é também para pedir ajuda, no sentido de como a gente vai poder estar trabalhando a questão da erradicação do trabalho infantil, que, muitas vezes, tira o jovem, o adolescente da sala de aula e os coloca, muitas vezes, a serviço do tráfico, e tráfico não é trabalho.

A gente tem uma outra questão para ser levantada também: a questão do primeiro emprego. Em que momento esse jovem está no primeiro emprego, em que momento está na sala de aula. Na verdade, estou aqui para me juntar a você e colocar a Superintendência à disposição. O meu foco é exclusivamente, no que diz respeito à questão da criança e do adolescente, a questão da erradicação do trabalho infantil. Mas, isso não é uma ação isolada, existe um todo.

Queria dizer que a sua pergunta me sensibilizou e me estimulou vir aqui para falar. Acho que a gente tem que pensar nas populações excluídas, porque os fóruns daqueles que estão em salas de aula, garantidos pelos empregos de seus pais, têm fóruns garantidos para essas discussões.

Muito obrigada.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI - Vereadora, eu gostaria também de contribuir com a pergunta do Rodrigo.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Maria Christina, eu gostaria que a senhora depois colocasse os projetos aqui, a sua contribuição para que o Plano Diretor da Cidade possa também ter uma Lei, uma Emenda. Então, depois gostaria que a senhora explanasse um pouquinho mais.

A SRA. MARIA CHRISTINA RODRIGUES MENEZES – Eu gostaria de agradecer e não poderia esperar outra coisa da Sra. Vereadora Liliam Sá. A gente sabe que a mulher tem uma sensibilidade enorme. Estou me colocando à disposição para isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada, querida.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Vereadora, ainda sobre esse tema que o Rodrigo levantou, eu poderia dar minha contribuição rápida?

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Tem que ser rápido, porque ao meio-dia eles têm que ir embora.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Rodrigo, para que você tenha uma resposta e veja que a ação da nossa Comissão é realmente efetiva,

nós estamos com um documento que nós vamos apresentar à Comissão de Justiça e Redação, que eu vou ler rapidamente o item f:

(LENDO)

“Criação de centros sociais integrados instalados em pontos estratégicos da cidade em equipamentos sociais já existentes, que possuam capacidade para abrigá-los, formado por equipes multidisciplinares das áreas sociais, com representantes da educação, saúde, assistência social, esporte e lazer, segurança e um representante dos moradores do local para apoio e acompanhamento das ações sociais voltadas às crianças, jovens e suas famílias.”

Para isso, há necessidade de que nós aqui na Câmara viabilizemos recursos do Orçamento, para que a política possa ser implementada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada, doutor.  
Por favor, outro orador.

O SR. CÂNDIDO EDUARDO MENDES DE ALMEIDA – Boa tarde.

Meu nome é Cândido Eduardo Mendes de Almeida e eu gostaria de perguntar sobre o PAN que vai ser realizado agora no Rio. Acho que a Secretaria de Esportes e Lazer poderá responder. Quero saber se existe um Projeto no próprio Plano Diretor para o que vai acontecer depois com as instalações que foram construídas, como os estádios e a própria Vila Olímpica, o que vai acontecer depois com todos esses investimentos que estão sendo realizados no PAN. E se existe uma integração social nisso.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – E qual a outra pergunta? Deixa ela fazer outra pergunta, que todo mundo já responde também, junto, senão não vai dar tempo. Cada um de vocês anota e depois vocês respondem aos alunos.

Então, você, levanta. Representando as mulheres. Só os homens falaram até agora.

A SRTA. MARIANA LIMA – É, não tinha reparado.

Tenho 16 anos e também sou do terceiro ano do ensino médio.

Voltando àquela questão das cotas, uma coisa que também defendem muito são as Leis contra o racismo, contra a discriminação tanto social quanto racial. Mas a cota racista, para mim, era uma coisa que eu queria perguntar para o representante da Uerj e a quem quisesse responder. Essa cota não seria uma forma de intensificar cada vez mais o racismo? Ao invés de acabar com o racismo, você está intensificando cada vez mais o racismo. Você está partindo do pressuposto que de quem é negro não tem a mesma necessidade que um branco tem para passar para uma faculdade sem ter cotas.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – É, muito bem.

Nós temos um representante aqui dos Direitos Humanos da Alerj que depois vai responder a você.

Outra pergunta.

O SR. LUÍS QUINDERÉ – Bom-dia. Estou cursando o terceiro ano do Teresiano e gostaria de perguntar para qualquer um de vocês três que falaram da escola integral. Eu passei dois anos fazendo projeto comunitário pelo Teresiano em escolas municipais e vi que elas não têm infra-estrutura para suportar um projeto integral, porque é uma confusão lá dentro e o estado devia investir um dinheiro dentro dessas escolas, porém você sabe que é muito difícil o estado investir esse dinheiro, porque você vê a precariedade dessas escolas. Eu queria saber o que seria possível fazer para implantar o tempo integral nessas escolas.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – É, isso aí já foi falado, é redundante, porque isso já foi respondido, mas ele pode até falar de novo.

Rapidamente, você, porque, senão, não vai dar tempo de vocês deixarem aqui suas respostas. Vocês vão deixar aqui o trabalho, e nós vamos continuar.

Por favor.

O SR. LUCAS MOURÃO – Tenho 17 anos. Eu queria fazer uma pergunta se tem alguma medida que já está sendo discutida no Plano Diretor relativa à saúde, que eu acho que é uma questão quase tão importante quanto a educação. E também como é feito o controle de frequência dos alunos nas escolas públicas?

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada.

Vamos começar com a Isabel Freire, que vai responder rapidamente ao aluno. Depois, nós temos a representante da Secretaria de Saúde e da OAB.

Você quer fazer a pergunta logo? Então, pode ser, que aí a gente responde logo de uma vez.

O SR. GUILHERME BARROS – Tenho 16 anos. Minha pergunta é complementar, porque, quanto à população de rua, que eu acho que não ficou muito claro, pelo menos para mim. A gente sabe que a Prefeitura até tem programas para recolher crianças de rua, mas as crianças acabam sempre voltando para a rua – isso cansa de sair nos jornais. A gente queria saber por que é tão ineficaz esse trabalho? É só atravessar e entrar na praça e você vai ver um monte de crianças que nem conseguem entrar nessa discussão, porque não têm nem onde morar. Gostaria de saber sobre as políticas do município para isso e por que elas não funcionam.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Professor, o senhor quer acrescentar alguma coisa?

O SR. PAULO HENRIQUE BARBOSA – Infelizmente as perguntas vão ser deixadas, porque temos esse horário, ao meio-dia o ônibus está passando aqui. Quero agradecer o convite para participar da Mesa e também parabenizar os meus alunos, que fizeram perguntas inteligentes.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – São cinco minutos apenas – vai atrasar um pouquinho o ônibus – para poder responder.

A SRA. ISABELLE FREIRE – Quanto aos Jogos Pan-Americanos, os lugares, as construções todas que estão sendo feitas – Parque Maria Lenk, Engenhão – em todos vão acontecer atividades sócio educativas para as crianças das comunidades. Já estamos elaborando os Projetos e todos esses trabalhos serão destinados à comunidade. Foi por isso que um dos motivos de termos ganho o Pan-Americano, aqui no Rio de Janeiro, foi pela proposta sócio educativa para essas obras, para essas construções que seriam feitas.

Quanto á pergunta sobre a integralidade do processo educacional, a proposta do Município do Rio de Janeiro é o trabalho macrofuncional, é o trabalho, nas Vilas Olímpicas, em parceria com todas as Secretarias. É feito um trabalho de parceria com a Secretaria de Educação. Esses meninos que participam das Vilas Olímpicas são acompanhados – sua frequência à escola, seu aproveitamento escolar. Infelizmente, não conseguimos atender toda a comunidade, mas estamos dando grandes passos para isso.

A PUC é co-gestora das Vilas Olímpicas da Gamboa e de Acari e eu acharia muito interessante que vocês pudessem conhecer. Vamos marcar uma visita. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Vamos passar para a Dr<sup>a</sup> Riva.

A SRA. RIVA ROSEMBERG – Queria dizer que, em relação à Saúde, temos ações integrais de saúde que desenvolvemos nos nossos postos, mas o que vemos é que os adolescentes procuram muito pouco os postos de saúde nas situações que seriam de promoção de saúde. Temos uma parceria com a Educação no sentido de captar esses adolescentes nas escolas quando forem detectadas algumas situações de vulnerabilidade, situações de violência, situações de início de vida sexual ativa. As pessoas, na escola, captam esses alunos e encaminham para os Postos de Saúde, onde desenvolvemos trabalhos com distribuição, em atividades educativas, de preservativos para todos esses que desejarem. Em outros locais também fazemos a captação, não só nas escolas, mas também com as ONGs que atendem essa população excluída, esse meninos de rua, que são encaminhados para a Saúde para terem acesso a essas ações.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Vamos à última pergunta sobre discriminação? Sim, Dra. Kátia.

A SRA. KÁTIA REGINA DA COSTA SILVA CITOLA – Eu só queria falar sobre a questão da discriminação. É o seguinte: você tem razão quando diz sobre a cota racial, que pode haver negros em escolas particulares pertencentes a famílias de nível social elevado. A razão é muito mais histórica. Eu acho que a razão é muito mais, talvez, uma compensação da sociedade pelo nosso passado histórico no que diz respeito à discriminação do negro. Mas eu concordo com você que é uma questão problemática, bastante polêmica. E isso pode ter um efeito inverso, pode acabar tendo um efeito muito mais discriminatório. A razão, eu acho que é muito mais social para essa cota, porque quando a gente fala de cota de alunos de escola

pública, a gente está direcionando, querendo incluir aquelas pessoas que não tiveram a mesma oportunidade dos que estudaram em escolas particulares para terem acesso à universidade.

Agora, acho que a resposta seria: qual é a razão para a cota social? Eu acho que é uma razão muito mais histórica do que qualquer outra.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada. Vou passar a palavra para a Sra. Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Ana Cristina Ferreira Telles, que está representando o Secretário Municipal de Assistência Social, Marcelo Garcia.

A SRA. ANA CRISTINA FERREIRA TELLES – Bom-dia. A minha preocupação, quando eu estava na plenária, era em relação às perguntas que se referiam aos meninos e às meninas que estão na rua. Muito interessante isso: adolescentes preocupados com adolescentes; crianças preocupadas com crianças.

E dizer um pouquinho para vocês que esse trabalho é desenvolvido na Prefeitura do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, que hoje tem um atendimento descentralizado em 10 áreas de planejamento da cidade.

Então, a gente costuma dizer que quando um menino ou uma menina são vistos na rua, a sociedade, que não conhece, não se apropria dos serviços prestados por nós, acha que está ali a ausência do Poder Público, sem ter noção do aparato que a gente mobiliza para desenvolver esse trabalho.

Nós, hoje, contamos, com uma rede chamada “Rede Acolhedora”, que é uma rede de unidades de atendimento para acolhimento das crianças e dos adolescentes que estão em situação de rua. Esse trabalho se inicia com uma equipe, que é chamada de “equipe de abordagem”. Não sei se vocês já viram, geralmente eles são chamados de “laranjinhas”. São os profissionais que usam uma camisinha laranja da Prefeitura e que vão ao encontro dessa população ainda na rua, fazer esse trabalho, que é o trabalho de abordagem. Após esse trabalho de abordagem, que é um trabalho de conversa, de primeira escuta e de contratação com a criança e com o adolescentes, de sua saída da rua. E nos em que é evidente o risco, há a intervenção e saída imediata da rua. Essas crianças são levadas para uma central de recepção, onde é feito o primeiro estudo, a primeira avaliação. Em seguida, elas são encaminhadas, sempre priorizando o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Num primeiro momento, essas crianças são encaminhadas para a reinserção familiar e comunitária, havendo a possibilidade. Não havendo a possibilidade, essas crianças são encaminhadas para as unidades de atendimento que nós temos, como as “casas de passagem”, que são unidades intermediárias entre a central de recepção e abrigo e nossos centros de acolhimento, que são abrigos. Isso tudo feito junto com os órgãos responsáveis. Eu estou vendo aqui na plenária, inclusive, um Conselheiro Tutelar – levanta a mão aí que é para o pessoal poder te ver. Isso tudo feito junto com os órgãos competentes, como o Conselho Tutelar, Juizado, Ministério Público.

Agora, é preciso que vocês saibam que há casos e casos de crianças em situação de rua. Há crianças que estão na rua mas têm casa, voltam para suas casas. Essas crianças estão na rua para geração de renda. São incluídas no PETI, que é o programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Outras, romperam o vínculo

familiar e estão em situação de extrema vulnerabilidade social. Essas muitas vezes precisam, antes de se garantir o retorno para casa, de uma acolhimento na modalidade de abrigo. Temos os nossos centros de acolhimento, que abrigam essas crianças, centros de acolhimento para bebês, para crianças e adolescentes. Nós temos casas de passagem, que são essas unidades intermediárias. Às vezes, estamos fazendo um trabalho com menino de rua, mas se você pega esse menino, tira-o da rua e o coloca direto em um centro de acolhimento, ele às vezes não sustenta, porque ainda não está no momento de ser incluído na escola, em cursos. Então, nós criamos essa unidade intermediária, chamada “casa de passagem”. É para ali que ele vai e lá é aprofundado o seu estudo social. Nós fazemos articulação com a Secretaria de Saúde para o atendimento às crianças que têm problema da dependência química. Fazemos parceria com a Secretaria de Educação, no sentido da inclusão dessas crianças na escola, porque não pode ser uma inclusão pela inclusão. É uma inclusão com acompanhamento, porque às vezes o menino não tem sustentação para continuar na escola, para aderir à proposta da escola. Os nossos filhos, às vezes, não querem ir à escola, imaginem um menino que está com todas essas questões, o risco da rua, seus problemas familiares... Temos uma parceria também com o Ministério Público, que intervém nos casos mais graves, quando vemos que existe uma negligência pesada em relação à criança, seu uso abusivo pelos pais. E também com o Juizado, no caso das crianças que estão abrigadas, porque todas as crianças abrigadas correspondem a um processo no Juizado. Há, ainda, os demais órgãos: a Secretaria de Esporte e Lazer é uma grande parceira nossa, com as Vilas Olímpicas. A gente inclui esses meninos também em atividades, de início no mundo do trabalho. Temos uma parceria com o Instituto de Previdência, o PreviRio; com o Instituto Pereira Passos, o IPP; com a Imprensa da Cidade; com a PGM, que é a Procuradoria-Geral do Município, onde incluimos adolescentes em estágio laborativo, como iniciação ao mundo do trabalho. Na realidade, esse trabalho precisa ser conhecido pela sociedade civil, para ela perceber o quanto se faz. Agora, cada caso é um caso. Quando vejo um menino na rua, eu não posso colar a imagem desse menino à ausência do Poder Público, porque seria uma injustiça. A Cidade do Rio de Janeiro vem fazendo muito. Precisa fazer mais, com certeza, mas vem fazendo muito.

Agora, aproveitando um pouco dessa mobilização dos adolescentes e, encerrando, queria só dizer a vocês que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizará, no dia 21 de junho, a sua Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. E é um compromisso legal importantíssimo, porque é no Conselho Municipal que vamos tratar das questões da criança e do adolescente. Este ano, nós temos três temas-eixos, que são: o Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo, Sinase; o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e o Orçamento, Fundos da Criança e do Adolescente. São três temas que serão tratados nessa Conferência, levados para a Conferência Estadual e, posteriormente, para a Conferência Nacional, do Conselho Nacional, em Brasília.

Em relação ao PAN, eu preciso dizer a vocês que ontem o Conselho Municipal deliberou a respeito de uma recomendação para que as instituições que têm registro no Conselho não participem da seleção de projetos do edital do Senaspe, porque entendemos que o edital publicado tem uma série de equívocos, inclusive...

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Dá para você concluir daqui a pouco, porque os alunos do colégio precisam sair e o ônibus já está esperando por eles? Nós já estamos atrasados.

A SRA. ANA CRISTINA FERREIRA TELLES – Era só para falar rapidamente, porque tem um menino que perguntou em relação ao PAN...

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Depois eu passo a palavra novamente à senhora.

A SRA. ANA CRISTINA FERREIRA TELLES – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Bem, queridos, o professor já está aqui, nervoso, porque vocês teriam que sair às 12h e já são 12h15min.

Eu gostaria de agradecer e pedir desculpas à nossa querida Cristina, que está aqui representando a criança e o adolescente, mas nós vamos dar continuidade a nossa Audiência Pública, porque há o Bento Rubião e a Pastora Márcia Teixeira, que também querem contribuir. Gostaria de agradecer a vocês, do Colégio Teresiano da PUC. Muito obrigada pela participação de vocês; Prof. Paulo, muito obrigada, vocês abrilhantaram a nossa Audiência Pública. Denunciem para a Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara de Vereadores qualquer forma de maus tratos com as nossas crianças e adolescentes. Vocês podem fazer uso do telefone 08002829996.

Muito obrigada.

Gostaria de passar a palavra para a Dra. Maria Cristina Menezes, que é Superintendente de Saúde, pois ela vai ter que se retirar.

A SRA. MARIA CRISTINA MENEZES – Preliminarmente, gostaria de dizer que foi um grande prazer ter participado e pedir desculpas a vocês por ter que me retirar agora. Gostaria de deixar uma sugestão. Nós tivemos a percepção, durante esta Audiência Pública, que foi enriquecedora, que a criança e os adolescentes têm muito a contribuir com as decisões dos adultos. Queria propor para a senhora – e tenho certeza de que a senhora vai pensar nisso – a possibilidade ser criado, através do seu mandato um comitê, no qual a senhora pudesse contar com a consultoria, pelo menos reunindo perguntas, desses alunos para a construção desse Plano Diretor. A idéia era até de falar com os estudantes que estão aqui, para que senhora pudesse estabelecer um comitê mínimo, que se reunisse periodicamente, não só para levantar as perguntas, mas também para esclarecer algum caminho a ser tomado. Penso que seria muito interessante, pois já funcionei em algumas áreas dessa maneira e eles têm saídas espetaculares; muitas vezes, pensam coisas novas quando a gente acha que já pensou tudo e não pensou. Eles têm sempre perguntas para fazer. Então, fica a sugestão para a senhora: criar um comitê de discussão sobre a questão da criança e do adolescente em relação à educação como um todo.

Nos mais, quero agradecer e me colocar à disposição. Deixei a minha direção para a senhora estou à sua disposição para conversarmos sobre outras possibilidades.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada.

Vou passar a palavra para a Vereadora Pastora Márcia Teixeira, já foi Presidente da Comissão de Educação, e hoje é vice-Presidente da Câmara de Vereadores.

A SRA. VEREADORA PASTORA MÁRCIA TEIXEIRA – Bom-dia Vereadora Liliam Sá. Parabéns por essa iniciativa. Nós estávamos assistindo aos nossos adolescentes abrilhantando esta Audiência. Tenho batido na tecla da educação, nesta Casa. A solução para os nossos adolescentes e jovens nos dias de hoje não é ensinar o uso da “camisinha” e nem a fazer sexo, é tempo integral nas escolas. Só assim vamos tirar essas crianças das ruas e não estarão aprendendo coisas que não deveriam aprender. Tenho certeza de que nossos governantes têm possibilidades. Estado e Município têm essa possibilidade, de tirar crianças e jovens das ruas, colocando-os nas escolas em tempo integral, ensinando esporte, música e outras disciplinas. Tem solução. A solução não está no uso da camisinha, está educar os jovens, que são o futuro da nossa Nação. Eu tenho esperança de ver essa juventude, bem capacitada, construir um país melhor. O Brasil é um país abençoado, tem um povo apaziguado, um pouco muito abençoado por Deus. A bandeira que levanto nesta Casa de Lei é a do tempo integral nas Escolas Públicas, principalmente. Agradeço a todos. Deus abençoe a todos!

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada, Pastora Márcia Teixeira. Passo a palavra ao Sr. Jorge Braga, da Fundação Bento Rubião. Em seguida, Sr. Agnaldo, da Associação dos Pacientes Crônicos do Rio de Janeiro, que quer dar uma sugestão. Também fará uso da palavra, em seguida, a Vereadora Silvia Pontes.

O SR. JORGE BRAGA – Excelentíssima Sra. Liliam Sá, Presidente desta Sessão, louvo a iniciativa de V. Exa., que, com brilhantismo, tem conduzido este Debate. Não só este, mas outros que tem trazido à discussão nesta Casa. Falar de educação é falar de um direito básico, direito sagrado, imprescritível. Mas o que realmente acontece em nosso país é que nossas crianças não têm esse direito sagrado. Nossas escolas, muitas vezes, são escolas simplesmente pró-forma, porque ao final não levam esses adolescentes a nada! Tivemos, aqui no Plenário, a presença dos alunos do Colégio Teresiano, incluindo um jovem de 16 anos que está cursando a terceira série do Ensino Médio... Isso não é a realidade das nossas comunidades! Sonho eu, um dia, ver um jovem, morador do Morro do Turano, aos 16 anos estar na terceira série do Ensino Médio. Quem pode estudar nesse colégio pode pagar uma mensalidade de R\$ 1.200,00. É louvável terem estado aqui. Louvamos essa iniciativa. Mas bom seria que as escolas municipais mandassem também representantes aqui para discutir que modelo de educação estamos usando neste país.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Enviamos convite para a Secretária de Educação. Há algum representante da Educação neste Plenário? Sim, há. Depois dele, por favor se pronuncie.

O SR. JORGE BRAGA – Então, que essas Audiência Públicas possam trazer discussão mais presente às comunidades. Que tipo de educação estamos oferecendo para essas crianças? O que vamos presenciar num futuro próximo? Esse jovem de 16 anos concluirá seu curso superior, mestrado e outros cursos mais e aquele jovem da escola pública, que não tem condições, não vai poder competir no mercado de trabalho. Eles não precisam do Poder Público, está estabelecido que realmente eles têm condições. Mas esse direito é sagrado para todos!

Senhora Presidente, a Constituição Federal, em seu Artigo 3º, garante, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, erradicação da pobreza, da marginalidade e redução das desigualdades sociais. Mas o que mais vemos é que essas desigualdades sociais continuam presentes no dia-a-dia. Então, não adianta nós, bem intencionados... estarmos aqui discutindo, quando o Debate não chega, de fato, às nossas comunidades empobrecidas. Queria eu, muito, ter, na comunidade do Turano, todas as crianças na creche, mas esse direito ainda é tratado como se fosse privilégio de alguns, e favor do Estado, quando, na verdade, é direito. Aí, não garantimos direito básicos... Participei, quando era presidente da Federação de Favelas, das discussões com Darcy Ribeiro e Brizola, para a construção dos Cieps. E quando Brizola falava do sonho da escola integral, de garantir a essas crianças a escola integral, muitos diziam que era loucura. Aquilo que não foi gasto em Educação, senhores, gastamos hoje com Segurança Pública. E vamos continuar gastando em Segurança Pública até quando? Na verdade, senhores – e, aí, digo como advogado – até porque, também, o sistema prisional, no nosso país, cumpre uma função social: a de afastar os negros e pobres das discussões de cidadania. Prende-se em demasia, pune-se em demasia e... se bota o Debate da redução da maioria penal, como se fosse resolver a situação. Na verdade, precisamos garantir direitos, sim; favores, nunca. Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada. Eu estava falando que não havia representante da Educação, mas está aqui, a Professora Maria Carolina Maia, representando o Secretário de Estado de Educação, Nélon Maculan. Por gentileza, faça parte da Tribuna, porque, pelo menos, vai responder a ele. Mas, da Secretaria Municipal, não há nenhum representante, a não ser da Secretaria de Esporte e Lazer e da Assistência Social.

A SRA. MARIA CAROLINA MAIA – Sra. Vereadora, demais presentes, quando cheguei a esta Casa me identifiquei como Professora, representando o Secretário do Estado de Educação, Dr. Nélon Maculan. Não sei se vocês notaram, mas sempre que via uma sugestão interessante, eu anotava, porque nós, em toda Audiência, aprendemos e buscamos caminhos para dar solução à Educação. A Secretaria de Estado de Educação, neste momento, busca duas situações através de seus técnicos. Não tenho a pretensão de sanar, mas de minorar, e de estarmos juntos com a comunidade estudantil. A Primeira questão é que nós temos, como aqui foi dito várias vezes, os CIEPs. Uma parte está com o Governo Municipal; a outra, com o Governo Estadual. Foi aqui colocado por alguns o custo que esse prédio e que esse tipo de manutenção de educação integral, traz aos dois governos. Quero deixar registrado que para a Educação Pública nenhum custo é demasiado.

Portanto, se temos, hoje, prédios, CIEPs, que garantem Educação Pública para os nossos alunos de forma integral, e se, de alguma forma, esse prédio físico, essa política educacional resolveu a questão dos nossos alunos, digo a todos os senhores – e aqui representando o meu Governador – digo aos senhores que esse custo não é caro. A segunda questão que a gente está levantando, sob a égide do nosso Subsecretário, Dr. Godofredo Neto, é a questão da integralização da Educação, sim, mas uma Educação integrada, conforme foi dito aqui pelo representante da Unicef, com os espaços públicos à nossa disposição. Então, nosso aluno pode muito bem estar na rede regular, mas pode muito bem, também, estar participando de todos os espaços públicos e assim se integrando e sabendo se colocar cada vez mais como um cidadão. Eu acredito que no máximo em 30 dias a Secretaria de Estado de Educação já estará aplicando essa duas metodologias didáticas, que já estão passando, neste momento, para medidas de aplicação.

Como eu disse aos senhores, a primeira é reativando o que nós já tínhamos e que aos poucos foi se perdendo. A segunda, a metodologia didática de agregar a sociedade, buscando esses espaços públicos, para que os nossos alunos sejam inseridos, de fato, na área educacional.

Gostaria também de falar – pena que os alunos já não estão mais aqui, embora a pressa deles seja incontestável – da questão sobre quando a gente busca para o nosso aluno trazê-lo da rua, o que foi colocado aqui também de forma brilhante. A gente sabe que são questões muito sérias que colocam as nossas crianças na rua. Hoje, a questão educacional tem que ser vista não só pela parte pedagógica, olhando para a criança, pois temos que olhar também para a família. Que família é esta? Quem está por trás desse menino que está na rua? Por que ele foi parar na rua? E outras questões. Esta questão também está sendo bem visualizada e discutida de forma bastante atenta pela Secretaria de Estado de Educação, neste momento.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Obrigada, Profa. Maria Carolina. Mando um abraço para o nosso Secretário Néelson Maculan. Muito obrigada pelo esclarecimento e por sua participação, que abrilhantou o nosso evento.

Eu gostaria de passar a palavra, agora, para a nobre Vereadora Silvia Pontes. Há muitas pessoas que estão representando outras e minha Assessora Carla está passando para trazer seus nomes, para que eu possa anunciá-las e elas também possam contribuir para a nossa reunião do Plano Diretor sobre a questão da criança e do adolescente, com o tema educação.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Bom-dia a todos! Estou lamentando profundamente não estarem presentes os jovens, porque eu queria falar exatamente para eles. Infelizmente, fui a uma Missa de 7º dia da mãe do Presidente do nosso Tribunal, e sabia que iria chegar a tempo, mas não pensei que não fosse encontrar os jovens, senão nem teria ido à missa.

Quero, primeiro, parabenizar a Vereadora Liliam Sá pelo trabalho brilhante que vem fazendo nessa Comissão. Eu gostaria de estar participando dessa Comissão, mas infelizmente não foi possível. Quero aproveitar este momento, Vereadora Liliam Sá, embora eu saiba que o meu tempo é pequeno, mas como estou aqui, na Casa tentando criar a Comissão de Prevenção – uma Comissão Permanente de

Prevenção à Dependência Química – e, como desportista, fazendo um trabalho com os jovens através do esporte, eu não poderia deixar de vir passar isso para vocês e convidar a Vereadora Liliam Sá para voltarmos a esta Casa para fazer um Debate Público com as autoridades ligadas à questão do jovem e do adolescente, sobre o que nós estamos, todos os dias, assistindo.

Outro dia, fiz uma Audiência Pública na Casa, falando sobre a Safe – Síndrome Alcoólica Fetal. As pessoas, às vezes, não sabem, engravidam e continuam a beber e aí nasce um neném com anomalias.

Eu tenho pouco tempo, mas queria aproveitar esta matéria de jornal, que me chocou profundamente: “Festa de excessos e perigos”. Todos os dias, temos visto isso! Outro dia, almocei com o Prefeito Cesar Maia e fiz um apelo a ele: “Prefeito, a Cidade do Rio de Janeiro, à noite, nas boates, é terra de ninguém! Nós temos que chamar as autoridades competentes, porque o que está acontecendo hoje é um absurdo!” Tenho aqui um depoimento que diz assim – e eu quero, inclusive, parabenizar a Flávia Duarte, que fez a matéria: “Um jovem de 16 anos consome bebida alcoólica todo fim de semana. Já foi socorrido num posto médico durante festa de formatura...” Enfim, eu não vou ler a matéria toda, mas quero dizer a vocês que isso tem acontecido todos os dias, em todas as festas. E a permissividade é tão grande, o absurdo é tão grande que agora há até essas ambulâncias paradas nas festas. Isso é um absurdo! Isso significa dizer para o jovem o seguinte: pode beber à vontade, porque tem uma ambulância ali, te esperando. O que nós temos que trabalhar é a cabeça desses jovens, para que não bebam. Eu tenho três filhos e tenho trabalhado isso. Fiz um projeto chamado “Uma onda boa”, que estamos trabalhando com os surfistas.

A Secretaria Municipal de Prevenção, na figura do Secretário Duran, tem feito um trabalho fantástico. E, Vereadora Liliam Sá, eu me coloco junto a você, se quiser, para fazermos um Debate Público de conscientização às famílias dos riscos que correm esses jovens nas ruas. Nós falamos que existem dois tipos de jovens: jovens na rua e jovens, adolescentes, crianças de rua. A maioria desses menores não são crianças “de” rua, são menores “na” rua, onde nós temos que fazer uma política social, trabalhar as famílias, para que essas crianças não fiquem na rua, nos sinais. Isso é um absurdo! O mercado que se faz, usando esses menores, em vez de irem para a escola, para ficarem pedindo dinheiro... Eu faço um apelo a cada um, porque muitas vezes a gente fica com o coração pequeno e dá um dinheiro. Não podemos dar esmola a essas crianças, porque elas vão para casa com o dinheiro e a mãe pensa: “Ah, então eu vou levar o outro também!” Assim, essas crianças saem da escola para ficar na rua. Nós temos, Vereadora Liliam Sá, que responsabilizar a família, responsabilizar o governo.

Eu fico chocada de muitas vezes ver crianças cheirando cola. Eu sou Vereadora e não faço nada? Eu vejo um policial na rua só vendo, assistindo. Então, nós temos que trabalhar isso. Trabalhar com as ONGs, sim, mas as ONGs sérias, porque há muitas ONGs que fabricam menores de rua. Isso, Vereadora Liliam Sá, eu gostaria muito de trabalhar com você. Se você precisar de mim, vamos fazer um trabalho de conscientização do perigo que são os menores nas ruas.

Falamos muito do menor pobre. Eu quero bater, sim, na classe média, na mãe e no pai que se ausentam e então dão um carro bonito, um Audi, para os filhos se embriagarem por aí. Nós sabemos que o filho do Gilberto Gil morreu aos 19 anos, alcoolizado.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Vereadora, eu quero fazer um aparte. Nós não podemos responsabilizar as famílias, principalmente de classe média, porque dão um carro para seu filho.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Não, mas eu acho que eles estão entendendo o meu raciocínio.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Mas a gente está com a TV Câmara aqui e ninguém está ofendendo. Esse pai e essa mãe não têm culpa. Às vezes, eles ensinam aos filhos, e os filhos, hoje em dia...

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Não, meu amor, o pai da classe média tem culpa sim, me desculpe.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Não, não tem.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Vereadora Liliam Sá, eu vou discordar. É uma opinião minha. Eu sou mãe de filho de classe média e acho que tenho que estar atenta ao meu filho.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Olha, a gente ensina ao nosso filho o caminho que ele deva seguir, como diz a palavra de Deus, mas quando ele cresce, segue aquilo que ele quer.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Não, meu amor, eu estou tratando de adolescente.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Eu estou falando dos adolescentes. Às vezes, a mãe e o pai, coitados, como naquele caso que aconteceu no Leblon, que deu uma educação maravilhosa para filha, ela estudou e tudo, depois, foi lá e batia no pai que nem uma louca. Então, a gente não pode responsabilizar só os pais, é um todo, é a sociedade. A Câmara de Vereadores tem a sua participação também nisso, pois deveria fazer fiscalização nas boates, fiscalização nos locais que vendem bebidas. Então, não vamos colocar a culpa nos pais em relação a isso, que fica até chato. Muitas pessoas vão se sentir ofendidas.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Então, deixa eu terminar para ficar claro, deixa só eu esclarecer. Na verdade, quando eu digo responsabilizar a família, eu acho que não acusei a família, porque não é isso. Eu estou dizendo que a família, o resgate da família, a família tem que estar preocupada, sim. Muitas vezes, eu tenho convivido com pessoas que... É claro que nós estamos vivendo num mundo, hoje, que os pais precisam trabalhar, que a mãe sai para trabalhar, então eu não estou falando isso, estou falando das mães de classe média e dos pais que simplesmente dão um carro bonito para o filho e o filho sai por aí, se embreda, muitas vezes na ausência da família. Então, estou tentando fazer um resgate da família, mostrar a importância disso. Mas é claro que o Debate não é esse hoje.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – É verdade. Peço até a conclusão porque há muita gente para falar.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Só para finalizar com relação ao Plano Diretor, fiz umas considerações onde eu acho que temos que pegar os equipamentos urbanos e trabalhar na prática de esportes, trabalhar esses menores de comunidades. O Prefeito Cesar Maia já fazendo um trabalho na Secretaria Municipal de Esporte, elaborando projetos esportivos ocupando essas crianças, que têm que estar na escola.

Obrigada a vocês, desculpe se eu fui mal interpretada, mas quando eu digo a família, eu não estou responsabilizando a família, e só estou chamando a atenção da família, para que fiquem realmente atentos aos nossos filhos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada, Vereadora Silvia Pontes.

Eu gostaria de registrar a presença do nobre Vereador desta Casa, Adilson Pires.

Com a palavra, o Sr. Agnaldo Tavares, da Associação de Pacientes Crônicos do Rio de Janeiro, que quer fazer uma sugestão ao Plano Diretor.

O SR. AGNALDO TAVARES – Boa-tarde, Sra. Presidente Vereadora Liliam Sá. Boa tarde a todos os participantes. Estou representando aqui uma camada da população que está muito preocupada efetivamente com o que vem acontecendo no Rio de Janeiro, principalmente em nível de violência. Essa violência também começa por aqui, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Para ilustrar o caso, quero comentar com vocês o que aconteceu comigo porque, além de participar da associação, sou comerciante, sou empresário.

Há uns dois meses eu fui procurado por uma senhora que em dificuldades, o marido desempregado, pediu que eu empregasse um garoto de 14 anos. Eu tenho um lava jato. Efetivamente, vi a necessidade da pessoa, vamos contribuir, vamos ajudar porque entre essa criança entrar no mundo da marginalidade e eu poder estreitar o meu lucro, eu preferi estreitar o meu lucro. “Tem carteira de trabalho, tem tudo direitinho?” Então, me dá todos os seus documentos que eu vou mandar registrar para você.” Fui impedido pelo Ministério do Trabalho.

(Alguém se manifesta no Plenário)

Não, o detalhe é o seguinte. Além de me proibirem – me proibiram-me pelo seguinte motivo: esse rapaz é filho de mãe solteira. Ele só teria autorização, se fosse assinada pelos pais e, como ele não tinha pai, não pôde ser contratado. Eu sei que o estado tem todo o dever, mas a sociedade, os empresários também querem apoiar. Mas como podemos apoiar, se a cada dia nasce uma Lei, uma regra, uma iluminação vinda não sei de onde, proibindo, coibindo, impondo regras e normas, que a maioria delas são desconhecidas por nós? Ninguém fica tomando conhecimento.

O SR. JACQUES SCWARZTEIN – Meu amigo, o senhor permite um esclarecimento? Entendo perfeitamente o problema que o senhor traz. A questão do trabalho infantil é uma questão espinhosa e que está em discussão. Agora, a justificativa que lhe deram, certamente é incorreta. O que acontece de fato, é que o trabalho para crianças menores de 16 anos, é proibido. Uma criança de 14 anos não tem como ter carteira assinada porque a Legislação proíbe que as crianças trabalhem e exige que elas estejam na escola e tenham tempo livre para o seu desenvolvimento além da escola e agora falou em educação integral. Portanto, tenho a sensação de que a explicação que lhe deram, essa história de mãe solteira, essa coisa toda, essa explicação não faz sentido e não tem coerência. Uma criança com menos de 16 anos pode trabalhar, quando no estatuto de aprendiz. E isso exige do empresário, seja ele comerciante ou o que for, que recebe essa criança, que monte uma proposta educacional ou que haja educadores competentes para acompanhar esse menino. Então, apenas para informação, a Lei não permite que uma criança labore.

A SRA. KÁTIA REGINA DA COSTA SILVA CITOLA – Só para complementar. Realmente, abaixo de 16 anos, somente pode trabalhar na qualidade de aprendiz. E essa justificativa é absolutamente incabível e inviável porque seria até uma discriminação em relação àquelas crianças, que não tivessem a paternidade estabelecida. Criança que não tenha paternidade ou maternidade estabelecida, está sob o poder familiar do único genitor que a reconheceu. Logo, um filho de mãe solteira está sob o poder familiar da mãe, e não há nada que diminua seu poder de autorizar todas suas atribuições no exercício do papel familiar em relação a seu filho menor.

Então, realmente essa justificativa não se aplica. Se a questão fosse meramente uma autorização do genitor, a autorização da mãe supriria. O fato de não ter a paternidade estabelecida significa apenas que aquela criança não está sob o poder familiar do pai. Então, justificativa é que não é possível o trabalho do menor de 16 anos, a não ser na qualidade de aprendiz.

O SR. AGNALDO TAVARES – Então, deixo isso como reflexão: comecei o meu trabalho aos 14 anos de idade, quase 15; morava em Campo Grande e, naquela época, aquilo lá era só sítio, só fazenda; e eu morava numa meia-água. Hoje sou empresário – tenho três empresas – e não me fez mal ter começado tão cedo. Acho que temos o mundo real e o mundo virtual, e as pessoas tentam viver num mundo virtual: mas, na verdade, nós temos um mundo real para tomar conta. Se a violência está do jeito que está, é porque tentamos viver num mundo virtual e não num mundo real. Nós precisamos colocar os pés no chão; precisamos pensar que temos uma sociedade que não é cuidada porque não adianta implementar 24 horas de ensino se a criança não vai ao colégio. O pai precisa trabalhar, a mãe também, e ele também quer levar recurso para dentro de casa, porque está cansado de viver na miséria.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada.

Há mais alguém que queira falar? Vai falar, querida? Você é a Daniele Mendes Afonso, representante do Comitê para a Democratização da Informática (CDI). Pode falar. Isso é importante. Acho que todas as escolas deveriam estar informatizadas. O acesso do jovem à informática é muito importante.

Gostaria de dizer que a Ana Carolina, do Projeto Legal, vai fazer uso da palavra, depois. A Giselda dos Santos, da Associação de Assistência à Criança Surda de Vila Isabel, foi embora e teria sido bom que ela tivesse falado alguma coisa sobre as crianças especiais. A Isabele, que vai falar depois: o Sérgio da TVE vai falar alguma coisa? Só está ouvindo e vendo; a Eliana Junqueira, assessora do Vereador Prof. Célio Lupporelli; a Rosemery Barbosa, da Sociedade de Orientação e Ajuda à Criança e Adolescente e Idoso; a Doraci, do Complexo de Acari e Amarelinho, que já foi conselheira tutelar durante muitos anos; Agnaldo Tavares, da Associação dos Pacientes Crônicos do Estado do Rio de Janeiro; Wellington Madureira, do Movimento de Portadores de Necessidades Especiais do PDT; Rosemere Carneiro, do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor; Cláudia Lúcia de Faria, representando a Prefeitura de São Gonçalo e candidata à conselheira tutelar; Célio Marcelino Gomes, representando o Deputado Alessandro Molon, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Jorge Braga, que já falou; Luís Fernando, do Projeto Legal; e Maria Meira, da Comissão dos Direitos Humanos da OAB-RJ, a qual gostaria que falasse.

Por favor, querida, com a palavra.

A SRA. DANIELE MENDES AFONSO – Boa-tarde.

Estou aqui representando o Comitê para a Democratização da Informática, uma ONG que existe há 12 anos, cuja missão maior é promover a inclusão digital.

Acabamos de sair da Semana da Inclusão Digital, nosso maior evento na Rede CDI, e os números são alarmantes. Vivemos no Brasil um *apartheid* digital que, na minha visão, precisa ser combatido. Interessante na visão do Comitê é que inclusão digital não é apenas ter o celular de tecnologia de ponta ou estar acessando o MS Messenger, ou o Orkut. Hoje, interessam as discussões, porque o nosso público maior são os jovens das comunidades do Rio de Janeiro. Hoje, temos cerca de 104 Escolas de Informática e Cidadania, então é uma capilaridade muito grande em relação a esse público. Muito nos preocupa essa questão da inclusão digital, porque temos uma proposta político-pedagógica nas nossas escolas de informática, cujo objetivo é apresentar as ferramentas necessárias para a transformação individual e social da comunidade.

Hoje, estou aqui numa tentativa de me aproximar da Câmara e das pessoas de outras secretarias, para pensar numa proposta de política de inclusão digital também no primeiro setor. Vemos as nossas escolas do Município e do Estado munidos de equipamentos de ponta, mas que não estão sendo utilizado de uma forma positiva, enfim, encontramos dificuldades para desenvolver um trabalho de qualidade para nossos jovens.

O CDI está aqui numa tentativa de estreitar laços, para pensarmos numa proposta de inclusão digital junto ao primeiro setor, assim como já foi feito com o segundo.

Estou muito feliz de estar aqui participando desta conversa, de estar com os jovens, que é nosso público maior,

Algumas pessoas estão pedindo contato. Vou dar o site do CDI: [www.cdi.org.br](http://www.cdi.org.br). Nossa sede aqui no Rio de Janeiro é na Avenida Rio Branco, 135, sala 601. Talvez possamos conversar um pouco.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Por favor, o senhor que quer fazer uma pergunta à Sra. Daniele.

O SR. AGNALDO TAVARES – Você consideraria importante que empresas como a PUC, por exemplo, que patrocinam, duas Vilas Olímpicas, patrocinassem também o ensino na área tecnológica, como a informática, a eletrotécnica, a eletromecânica e outras funções que são importantes para a sociedade?

A SRA. DANIELA MENDES – Sim, com certeza. Inclusive o CDI, hoje, tem trabalhado com a rede de parceiros do segundo setor, numa tentativa de estar junto dos egressos da nossa escola. Como a maior parte do nosso público-alvo é representado pelos jovens, quando eles saem da escola, querem emprego e aí surge um desafio, porque temos limitação na área de informática. E depois? Como vamos inserir esse jovem no mundo do trabalho? Então, temos feito uma rede de parcerias com empresas que apóiam iniciativas em geração de trabalho e renda, permitindo o ingresso desse jovem no mercado formal de trabalho. Enfim, esse é um desafio, mas temos buscado recursos para dar continuidade ao nosso trabalho.

Muito obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada.

Nosso tempo está curto e é uma pena. O professor da Unicef vai ter que se retirar e precisamos concluir os nossos trabalhos. Há mais alguém que queira falar?

A SRA. ISABELLE FREIRE – Quero esclarecer que eu estou representando o Secretário Gustavo Cintra, da Secretaria de Esportes e Lazer.

Também dizer que a PUC não patrocina duas Vilas Olímpicas. É co-gestora da Vila Olímpica de Acari e da Vila Olímpica da Gamboa.

A SRA. ROSEMERE CARNEIRO – Boa-tarde. Vereadora, quero agradecer a força que a senhora nos deu naquela manifestação, ao apoiar a Moção, aqui no Plenário. Estou muito feliz com o seu trabalho. Estou muito feliz também, como cidadã, com o trabalho da Vereadora Aspásia Camargo e da Vereadora Pastora Márcia Teixeira. Estou felicíssima com as mulheres Vereadoras. Quero poder estar aqui pertinho delas. Com os homens também. O trabalho de vocês está sendo maravilhoso. Estou sentindo que agora estamos trabalhando.

Gostaria de fazer um convite para o Conselho Comunitário de Segurança Pública, dia 24, no Jockey Club.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Eu já recebi o convite.

A SRA. ROSEMERE CARNEIRO – Já recebeu? Ótimo! Obrigada.

A SRA. DORACI ANACLETA – Parabéns à Mesa, e aos que ainda estão aqui. Lamento que não haja representantes da escola pública. Eles também vivem o dia a dia da má qualidade das escolas hoje.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Nós convidamos, mas não vieram.

A SRA. DORACI ANACLETA – Eu estudei em escola pública e sei como é difícil. Eu como negra, mulher e pobre ingressei na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Enfim, é difícil a educação nesse país. Não existe Orçamento relevante na educação e em qualquer outro direito fundamental da criança e do adolescente.

Sou uma pessoa que gosta de criticar com base – se é para criticar o município, vou criticar o município. Lamento que a representante do Estado tenha dito que está tudo legal. Não está. Falta professor em São Gonçalo e há alunos ainda estudando ao lado do vaso sanitário. Ela tinha que estar aqui para ouvir isso! Somos o segundo país do mundo em que os cidadãos pagam mais impostos. O primeiro, que é a Suíça, investe tudo no social; aqui, no Brasil, não se investe em nada.

Quero dizer que na comunidade em que trabalho, onde morei durante 22 anos e oito meses, que é o Complexo de Acari, existem 12 escolas municipais e somente uma de ensino médio, que é o Batistão – a Escola Estadual João Baptista de Mattos.

Por que não se investe nessas áreas? No ensino médio, antigo 2º grau, com ensino profissionalizante? O adolescente para fazer um curso profissionalizante tem que ir para onde? Para a Faetec, pagar passagem de ida e volta porque, às vezes, o jovem perde o cartão. Enfim, não há investimento nisso. A única Vila Olímpica que existe é a da Fazenda Botafogo, no Zumbi dos Palmares, do Complexo do Acari, com o menor IDH. Que, realmente, esse Orçamento público venha para essas áreas carentes.

E lá – isso é uma coisa impressionante – teve o Favela Bairro, com três creches e um mundo de crianças! E tem um processo no Município, de 112 creches, até pelo Ministério Público, Marcos Fagundes. E até agora, nem 12 creches foram construídas. Então, espero que esse Plano Diretor favoreça as comunidades carentes. Gostaria de falar também sobre as cotas. São 500 anos de luta. Enquanto estive na Universidade de 50 alunos só duas negras: eu e a Jurema, que era da Cidade de Deus. Tivemos dificuldades, É por isso que as cotas têm que ser discutidas. É um direito de conquista dos negros. É um direito de conquista dessa população que há 500 anos vem sofrendo. A Uerj está aí e as cotas têm que ser discutidas mesmo, temos que dar isso a essa população.

Hoje, se fala, no Palácio Guanabara, com a Ministra Matilde, sobre discriminação. Se é pobre, é discriminado; se é branco ou negro, é discriminado. Aliás, nas comunidades, os adolescentes são excluídos de tudo. Eu vou dar só um exemplo para terminar: o Senai abriu inscrição para um projeto de indústria e comércio com a Alemanha. Eu levei 22 alunos de ensino médio. Sabe a revolta que eu tive? É que o menino tem que fazer prova de matemática e de português; e uma prova de língua inglesa, inclusive escrita e oral! Eu pergunto: os nossos meninos têm chances de fazer isso? Não têm chance!

(PALMAS)

E essas instituições, que ganham dinheiro do povo e fazem uma exclusão dos nossos adolescentes? Uma é a Faetec. Um menino para aprender a limpar um carburador, precisa ter a 7ª série.

E as escolas não têm sedução. Eu fui aluna da escola pública. Que me perdoem as professoras, mas a educação está em primeiro lugar. Eu bato palmas para essas professoras, mas elas não têm incentivo para ficar com os meninos por quatro horas.

Eu fui conselheira e posso dizer que um menino por qualquer coisa era levado para o conselho Tutelar, porque elas não têm paciência. Ela é professora, é psicóloga, é assistente social, é enfermeira. Enfim, é tudo! Tem que investir na educação para que essa professora tenha incentivo e essa escola tenha recursos para prender o menino.

Eu sou a favor da escola integral com diretrizes para que o aluno estude, pratique esportes e faça um curso profissionalizante.

Agora, como essa Vereadora falou, Liliam, isso está no artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988. Isso é dever da família, da sociedade e do Estado. Ela não está errada. Não vamos culpar os pais, mas os pais têm que ter uma direção, uma educação vigiada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Nós chegamos ao final da nossa Audiência com sugestões a serem incluídas no Plano Diretor. Agora, vou passar a palavra aos representantes da Mesa. Mas, antes, quero deixar registrado o que foi dito por eles.

A Dra. Riva Rosemberg, representando a Secretaria Municipal de Saúde, e o Dr. Jacob Kligerman defendem um trabalho setorial na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Ela disse que os adolescentes têm potencial e precisamos nos esforçar em termos de Políticas Públicas Sociais, para que esse potencial se desenvolva.

O Prof. José Bruno, representando o Reitor da Uerj, Nival Nunes de Almeida, disse que precisamos do apoio de toda sociedade na defesa da universidade que, hoje, tem recursos bem limitados. E que também estimulássemos os jovens nesta Casa fazendo política com “P” maiúsculo.

Dr. Jacques Schwarztein propõe uma educação integral que não fique só na escola. Disse que os próprios alunos podem desenvolver atividades complementares na escola como esporte e reforço escolar. E acrescentou que podemos começar desde já, mas que o ideal é que isso seja feito através da Políticas Públicas.

Isabele Freire, coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, colocou que o objetivo da Vila Olímpica é fazer com que o aluno, depois da escola, vá para a Vila Olímpica desempenhar atividades de lazer, em grupo. É um trabalho integrado e complexo e que tem trazido resultados positivos.

O Prof. Paulo, do Colégio Teresiano da PUC, defendeu melhorias na educação pública com a implantação do horário integral nas escolas.

A Prof<sup>a</sup> Kátia Regina da Costa Silva Citola, representante do Reitor da PUC Padre Jesus Hortal Sanchez, disse que é inadmissível que crianças terminem o ensino fundamental sem saber ler. Também defendeu o horário integral nas escolas com aulas de esporte, cultura e lazer. E destacou o princípio de proteção integral das crianças e dos adolescentes como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Doutor Jacques respondeu a pergunta de um aluno e disse que a educação integral não é apenas uma questão de tempo na escola, mas que deve levar em consideração o conhecimento universal através de uma análise geral. E acrescentou que precisamos aumentar o acesso ao lazer e à cultura.

Maria Cristina, representando a Secretaria Estadual de Trabalho e Renda, questionou sobre quais políticas temos garantido para a população excluída, como é o caso dos adolescentes que não estão aqui e nem nas escolas, mas trabalhando para gerar renda para a família. Ela falou da necessidade de trabalhar a questão da erradicação do trabalho infantil, que tira o adolescente da escola e coloca no tráfico.

A Vereadora Pastora Márcia Teixeira colocou que a solução para os adolescentes e jovens não é ensinar o uso da camisinha nem o sexo, mas a educação integral. Para ela, a educação integral é que vai tirar as crianças da rua e os nossos governantes podem fazer isso.

A conclusão que chegamos desta Audiência é que a maioria dos debatedores representando várias instituições, defende a educação integral como uma das soluções para tirar crianças e adolescentes das ruas, da ociosidade, do tráfico e transformá-los em cidadãos, preparando-os para um futuro melhor.

Apenas não ouvi o Prof. Célio Lupparelli; não está aqui o resumo da sua fala, mas aí o senhor mesmo fala, certo?

(Alguém pede a palavra fora do microfone)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – É rápido? Então, faz rápido, porque eu perguntei cedo a vocês e ninguém falou mais nada se queria falar. Temos que encerrar nossos trabalhos e a Mesa também responde. E à professora Kátia, uma aluna do Colégio Teresiano gostaria de saber se a maioria penal deveria ser revista, se hoje em dia noticiamos que uma parte dos roubos e crimes é causada por menores e, por saberem que não são presos, cometem crimes influenciados e estimulados por maiores.

Depois passaremos à conclusão final dos nossos debatedores.

Pode fazer a sua pergunta e, depois, o meu querido Ahlefeld, do Conselho Tutelar.

O SR. LUÍS FERNANDO – Boa-tarde a todos! Sou adolescente, sou do Colégio Estadual Visconde de Cairu, sou membro da Organização dos Direitos Humanos, Projeto Legal. Eu gostaria de parabenizá-la pela vontade de trazer, aproximar e fomentar a participação juvenil, uma vez que estiveram aqui jovens e adolescentes de uma camada social completamente diferente. Se o problema foi falta de democratização por parte da Secretaria de Estado de Educação na elaboração de convite aos estudantes, na próxima reunião, organizarei o movimento estudantil e eles estarão ocupando essas cadeiras.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Eu agradeço porque é muito difícil tirar um jovem de uma escola municipal para vir aqui numa Audiência.

O SR. LUÍS FERNANDO – Outra questão é que a Organização dos Direitos Humanos/Projeto Legal impetrou um *habeas corpus* preventivo contra a alteração que a Secretaria de Estado e Segurança Pública estava fazendo nos morros revistando as mochilas. Foi deferida liminar no plantão noturno do Tribunal de Justiça de forma brilhante, porém foi distribuído o processo e a Desembargadora da Seção Criminal vetou, excluiu os adolescentes; deixou só as crianças e excluiu os adolescentes. Diante desse resultado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Projeto Legal entrou com recurso no Superior Tribunal de Justiça que encontra-se sobre a relatoria do Ministro Arnaldo Lima. Em suma, é importante o apoio da Comissão Permanente da Criança e Adolescente desta Câmara para junto somarmos esforços para combater esse desrespeito às normas.

Aproveitando o ensejo que estou nesta Casa Legislativa e sou estudante do Estado, eu gostaria que a senhora trouxesse a seus pares a questão da inconstitucionalidade do passe-livre. Seja o que for, se vai dar, se não vai dar dinheiro a empresários, se vai prever recurso se não vai, não importa. O que importa é termos o passe-livre para estudantes, idosos e pessoas com necessidades especiais, não importa se vai, se não vai, se é Lei, se é inconstitucional, não interessa. Estou até com o adesivo do movimento estudantil. Inconstitucional é evasão escolar, passe-livre já.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Um momento por favor. Qual é a sua idade? E em que ano você está?

O SR. LUÍS FERNANDO – Dezesete anos. Estou no terceiro ano.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Que Deus o ilumine, pois você vai ser um grande político.

O SR. LUÍS FERNANDO – Magistrado.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Com a palavra o Conselheiro Tutelar Ahlefelde Marynoni Fernandes.

O SR. AHLEFELD MARYNONI FERNADES – Boa-tarde. Sou Conselheiro Tutelar de Bangu e Vice-Presidente da Associação Municipal dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro onde Doracy e Rosemary também fazem parte da diretoria.

Eu gostaria de falar sobre o que colocou a Presidente Ana Teles que toda estrutura que existe hoje na Cidade do Rio de Janeiro tem atendimento às crianças. É verdade que existem todos esses atendimentos, e a demanda é cada vez maior, mas infelizmente as crianças praticamente já tomam todos os equipamentos. Pois fazemos o atendimento no Conselho Tutelar. Quando falamos que vamos enviar as crianças para lá eles dizem: “Para lá de novo Tio! Lá eu não quero; eu já conheço”.

A criança e o adolescente hoje já passam praticamente por todos os equipamentos da Prefeitura na área social.

E eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: Porque ela não fica nesses equipamentos? Também é de conhecimento de todos que todas essas crianças e adolescentes que passaram por esses abrigos foram alunos da Rede Municipal de Ensino e também não permaneceram lá. O que falta hoje tanto nos abrigos, como na educação pública é qualidade. Porque a criança sai da escola e vai para as ruas é porque não tem um ensino de qualidade, não tem nada que a prenda lá. Não adianta fazer horário integral se dentro da escola não há uma oficina de informática, não existe aula de música ou de dança. O que falta hoje é qualidade no ensino. Porque hoje temos uma demanda grande na área social é porque lá atrás o governo falhou nos direitos básicos. Quando não se tem um ensino de qualidade e um atendimento na área de saúde, ou os direitos básicos do cidadão lá na frente, a demanda do social vai ser grande porque aquela geração não teve acesso à educação, não teve a saúde e se torna uma família doente. Então a criança não é o problema, não basta só cuidar da criança, a gente precisa cuidar da família. Nas visitas domiciliares, vemos na casa daquela criança, em grandes bairros onde há saneamento básico, energia elétrica, casas que não têm condições de habitação. São crianças que vivem no chão de terra, não têm televisão. Então, quando essa criança sai da escola, ou ainda quando está na escola, ela não quer voltar para casa. Prefere até ficar na rua, porque os pais não têm nada a oferecer em termos de lazer, nada a oferecer à criança voltado ao seu desenvolvimento social. Por isso essa demanda grande na rua. O problema não é só a criança. O Poder Público precisa tratar essa família, criar Políticas Públicas de geração de renda. As mães dessas crianças que estão nas ruas são mulheres de 20 a 30 anos que tem somente o ensino básico, não geram renda. São mulheres que são mães de sete a dez filhos. Não há uma política de controle de natalidade. Existe uma Lei Federal, 9.263, que diz que a mulher que tem dois filhos e está acima de 25 anos pode fazer ligadura de trompas o SUS tem condições de fazer isso. Mas a mulher chega ao hospital e não é orientada sobre isso; não é incentivada a estar fazendo isso. Cada vez mais estão-se parindo crianças.

O SR. AHLEFELD MARYNONI FERNADES – Boa-tarde. Sou Conselheiro Tutelar de Bangu e Vice-Presidente da Associação Municipal dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro onde Doracy e Rosemary também fazem parte da diretoria.

Eu gostaria de falar sobre o que colocou a Presidente Ana Teles que toda estrutura que existe hoje na Cidade do Rio de Janeiro tem atendimento às crianças. É verdade que existem todos esses atendimentos, e a demanda é cada vez maior, mas infelizmente as crianças praticamente já tomam todos os equipamentos. Pois fazemos o atendimento no Conselho Tutelar. Quando falamos que vamos enviar as crianças para lá eles dizem: “Para lá de novo Tio! Lá eu não quero; eu já conheço”. A criança e o adolescente hoje já passam praticamente por todos os equipamentos da Prefeitura na área social.

E eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: Porque ela não fica nesses equipamentos? Também é de conhecimento de todos que todas essas crianças e adolescentes que passaram por esses abrigos foram alunos da Rede Municipal de Ensino e também não permaneceram lá. O que falta hoje tanto nos abrigos, como

na educação pública é qualidade. Porque a criança sai da escola e vai para as ruas é porque não tem um ensino de qualidade, não tem nada que a prenda lá. Não adianta fazer horário integral se dentro da escola não há uma oficina de informática, não existe aula de música ou de dança. O que falta hoje é qualidade no ensino. Porque hoje temos uma demanda grande na área social é porque lá atrás o governo falhou nos direitos básicos. Quando não se tem um ensino de qualidade e um atendimento na área de saúde, ou os direitos básicos do cidadão lá na frente, a demanda do social vai ser grande porque aquela geração não teve acesso à educação, não teve a saúde e se torna uma família doente. Então a criança não é o problema, não basta só cuidar da criança, a gente precisa cuidar da família. Nas visitas domiciliares, vemos na casa daquela criança, em grandes bairros onde há saneamento básico, energia elétrica, casas que não têm condições de habitação. São crianças que vivem no chão de terra, não têm televisão. Então, quando essa criança sai da escola, ou ainda quando está na escola, ela não quer voltar para casa. Prefere até ficar na rua, porque os pais não têm nada a oferecer em termos de lazer, nada a oferecer à criança voltado ao seu desenvolvimento social. Por isso essa demanda grande na rua. O problema não é só a criança. O Poder Público precisa tratar essa família, criar Políticas Públicas de geração de renda. As mães dessas crianças que estão nas ruas são mulheres de 20 a 30 anos que tem somente o ensino básico, não geram renda. São mulheres que são mães de sete a dez filhos. Não há uma política de controle de natalidade. Existe uma Lei Federal, 9.263, que diz que a mulher que tem dois filhos e está acima de 25 anos pode fazer ligadura de trompas o SUS tem condições de fazer isso. Mas a mulher chega ao hospital e não é orientada sobre isso; não é incentivada a estar fazendo isso. Cada vez mais estão-se parindo crianças.

Recentemente foi criada a lei do Deputado Flávio Bolsonaro que autoriza a ligadura a partir dos 18 anos e com um filho só. Essas políticas não são passadas. Quando uma mulher com seis filhos chega a um hospital ninguém identifica o problema! Ninguém percebe que aquela mulher tem seis filhos e daqui a pouco vai ter mais quatro outros? Falta eficiência nas Políticas Públicas em relação ao atendimento de saúde da mulher.

Em relação às Vilas Olímpicas, como falou o representante da Unicef, hoje a cidade não é de todos. Quem mora na Vila Vintém não pode ir à Vila Kennedy. Hoje o Projeto da Vilas Olímpicas é lindo, maravilhoso. Mas quem frequenta a Vila Olímpica é praticamente a própria vizinhança. Ninguém vai sair da Vila Aliança para ir a Vila Kennedy. Eu proponho aqui ao invés de levar a escola à Vila Olímpica, levar a Vila Olímpica às escolas.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigado!

Vamos, agora, para as considerações finais. Com a palavra, Sr. Jacques Swarztein, representante da Unicef.

O SR. JACQUES SCWARZTEIN – Muito agradecido, Sra. Presidente!

Mais uma vez eu gostaria de parabenizá-la por esta iniciativa e por sua liderança. Creio que conseguimos, hoje, aqui, de uma forma muito consistente, trazer à tona a questão da educação integral. Numa Audiência Pública viva como esta, animada pelos meninos e meninas que aqui estiveram, não houve,

naturalmente, tempo para abordar toda uma outra série de questões que seriam importantes. Mas já temos um ganho: creio que a questão da educação integral foi colocada, foi pautada, mas merece, naturalmente, aprofundamento e detalhamento. Creio até que seria interessante ver em que medida o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente poderiam se aproximar do processo de elaboração do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, agora em discussão, trazendo propostas mais técnicas. Acho que seria interessante termos um espaço para discutir tecnicamente, um espaço dos técnicos. Tivemos, agora, um momento político; mas seria interessante termos um espaço técnico.

Eu gostaria, sobretudo, de manifestar minha grande satisfação ao ouvir os representantes do governo do estado, uma gestão nova, uma administração que principia, trazendo vontade e disponibilidade para pensar a questão da educação integral num formato novo, com decisão e com vontade política. Então, acho que esse é um excelente momento para o Rio de Janeiro, para o estado e para a cidade, e quero colocar também a Unicef à disposição desse processo.

Mais uma vez, muito obrigado e parabéns a todos!

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada, Jacques Schwarztein! Contamos com a sua colaboração aqui, sempre, em relação à criança e ao adolescente, com idéias. Agradeço muito.

Passo a palavra para a Dra. Kátia Regina da Costa Silva Citola, representando o Reitor da Pontifícia Universidade Católica, Padre Jesus Hortal Sanchez.

A SRA. KÁTIA REGINA DA COSTA SILVA CITOLA – Como o Professor Jacques já falou e já foi dito pela própria Presidência, também parabenizando a iniciativa, realmente, a conclusão dessa Audiência foi a educação integral. Houve, até, uma manifestação a respeito da utilização desses espaços públicos. Também tem que se pensar a participação dos espaços privados nisso, parcerias. Infelizmente, não houve tempo hábil de discutirmos questões muito importantes, como saúde, emprego, também bastante importantes... discussões que têm que ser tomadas em outros momentos, têm que ser feitas. Mas, de qualquer maneira, acho que foi um espaço bastante importante. A pergunta, só para... não vai ficar sem resposta. A aluna deixou *e-mail* comigo, e, de qualquer maneira, só para concluir...

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – É da Mariana Rite.

A SRA. KÁTIA REGINA DA COSTA SILVA CITOLA – Isso, isso. Pode responder?

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Pode, claro.

A SRA. KÁTIA REGINA DA COSTA SILVA CITOLA – Só para responder a pergunta dela dizia respeito à maioria penal, à redução ou não da maioria penal. Enfim, sou contra a redução da maioria penal e, não só pelo óbvio

motivo de que reduzir de 18 para 16 anos significa, adolescentes e crianças já estão no tráfico. De qualquer forma, 10 anos, 11 anos, já estão no tráfico. Eu acho que a gente tem que, justamente, diminuir o poder do crime, essa é que é a verdade. O poder exerce o fascínio que exerce nessas comunidades e, na verdade, o Estatuto da Criança e do Adolescente já traz as medidas socioeducativas, que são as medidas punitivas adequadas, que vão desde advertência, passando por reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, até a internação, que são aplicadas pelo Juiz da Vara da Infância e Adolescência, de acordo com a gravidade da infração cometida pelo adolescente e levando em consideração a condição especial desses menores que estão praticando essa infração. Só para concluir. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada, Profª Kátia.

Passo a palavra, agora, para o Prof. José Bruno, que está representando o Reitor da Uerj, Nival Nunes de Almeida.

O SR. JOSÉ BRUNO – Gostaria de me despedir dos presentes, não como representante de uma Instituição, mas como cidadão que sou. Como cidadão, saio daqui bastante satisfeito, porque presenciei aqui uma verdadeira Audiência Pública. Não foi uma Audiência Parlamentar, como tenho visto em outras ocasiões em que as pessoas da Mesa, ou mesmo os parlamentares, acabam fazendo mais do que o público. Eu acho que o fato de termos aqui, hoje, essa rapaziada abrilhantou muito os trabalhos. Porque, particularmente, considero que é muito mais importante saber perguntar do que saber responder. E, muitas vezes, é muito mais difícil perguntar do que responder. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Eu é que agradeço sua participação. Mande um abraço para o Reitor, por ter respondido o nosso convite. Isso é muito importante.

Passo a palavra, agora, para a Sra. Gerente do Programa de Saúde do Adolescente, Riva Rosemberg, que está representando o Dr. Jacob Kligerman, Secretário Municipal de Saúde.

A SRA. RIVA ROSEMBERG – Queria agradecer e dizer que acho que avançamos bastante. Mas, entendo, como o Jacques falou, da Unicef, que é importante termos um momento de discussão mais técnica, das áreas específicas, e, como o colega falou – Luiz Fernando – a importância de a gente ter, em todos esses momentos, a participação dos adolescentes das escolas estaduais, das escolas municipais. A gente perseguir sempre isso, porque acho que a gente tem uma visão “adultocêntrica” e, quando a gente está pensando nos direitos da criança e do adolescente, eles têm que ter voz, e a gente tem que responder às necessidades das crianças e dos adolescentes.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Muito obrigada. Vamos deixar logo uma proposta para uma nova reunião mais técnica, para a qual você já está convidada – não vou chamá-la de senhora porque você é muito nova, eu também não gosto que me chamem de senhora – para nós discutirmos a parte da saúde,

emprego, pois o jovem sai e não há como ele ser inserido no mercado de trabalho. Isso é muito importante. Então, vamos fazer uma reunião mais técnica. Vamos marcar novamente um Debate nosso, interno, sobre essas questões, para o Plano Diretor.

Passo a palavra para a Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Ana Cristina Ferreira Teles, que está representando o Secretário Municipal de Assistência Social, Marcelo Garcia. Inclusive, quero pedir desculpas por, naquela hora, eu ter que interromper a sua fala, mas era caso de emergência.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença da nobre Vereadora Lucinha, lá da Zona Oeste, e do nosso querido Vereador Stepan Nercessian, que também é ator.

Com a palavra, querida.

A SRA. ANA CRISTINA FERREIRA TELES – Eu gostaria de agradecer o convite e parabenizá-la pela iniciativa. O Conselheiro Tutelar não se encontra mais, o Ahlefeld. Mas quero apenas lembrar que a questão dos meninos e meninas de rua guarda uma especificidade, uma complexidade que não pode ser naturalizada nem generalizada. Assim como temos meninos que têm dificuldade de aderir ao acolhimento, que têm dificuldade de aderir à proposta das escolas, também há meninos que têm dificuldade de aderir à proposta do próprio Conselho Tutelar, como órgão de proteção. Esses meninos também passam várias vezes pelo Conselho Tutelar, também reincidem na rua. Isso nos fornece um dado, e a gente não pode nunca perder isso de vista, não de incompetência, mas da complexidade da questão.

Eu queria deixar aqui divulgado para vocês o *e-mail* do CMDCAA, porque divulguei a Conferência Municipal que vai se realizar nos dias 20 e 21 de junho. O *e-mail* é: [cmdcaa@pcrj.rj.gov.br](mailto:cmdcaa@pcrj.rj.gov.br) e os telefones são 2293-0317 e 2503-2937. Vocês podem ligar para esses telefones para obterem informações sobre a Conferência e sobre as atividades do Conselho, que se reúne sempre, em Assembléia Ordinária, todas as segundas 2<sup>as</sup>. feiras do mês, no subsolo do Auditório do Centro Administrativo São Sebastião – CASS – o prédio da Prefeitura.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Eu é que agradeço, muito obrigada pela colaboração e espero também que o Conselho Municipal esteja integrado com a Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente, desta Casa, em assuntos relevantes com relação às crianças e adolescentes e também dando idéias para o Legislativo, para que a gente possa caminhar juntos.

Eu gostaria de registrar que a Vereadora Silvia Pontes, na conclusão, que agora que chegou às minhas mãos, disse que está criando a Comissão Permanente de Prevenção às Drogas, nesta Casa. Muito importante. Parabéns pela iniciativa. Ela citou uma matéria do jornal, que fala das festas onde os jovens se alcoolizam e está se exibindo a presença de ambulâncias. Segundo a Vereadora, a presença da ambulância incentiva o uso das drogas. A Vereadora conclamou a classe média a estar atenta aos seus filhos e propôs o resgate da família.

Eu gostaria de passar a palavra para o Vereador Prof. Célio Lupporelli, porque, como ele foi o primeiro a falar, a menina não estava presente e não pegou o resumo da sua fala, mas agora ele pode falar.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Muito obrigado, Sra. Presidente. Nós observamos atentamente esta nossa Audiência Pública e eu queria parabenizá-la. Eu tenho estado em todas as Audiências Públicas e, seguramente, esta foi a mais rica. E aqui nós temos que fazer uma reflexão: ela foi mais rica não só pelo que o companheiro da Mesa citou, mas, principalmente, pela vitalidade dos jovens. Então, esta Audiência mostra que o futuro está aí, e investir nisto.

Parabéns pela sua iniciativa, parabéns pela convocação, mas eu queria dizer o seguinte: nossa discussão, embora tenha duas vertentes, a vertente da criança que ainda não tem problemas e a criança ou adolescente que já tem problemas, eu vou trabalhar como professor e como médico, vou optar pela questão preventiva.

Os artigos 4º e 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente contemplam a nossa discussão. No art. 4º diz assim, olha aí, nobre Vereadora Silvia Pontes:

(LENDO)

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes á vida, à saúde, á alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

No parágrafo único, alínea c, diz que nós devemos dar “preferência na formulação e na execução das Políticas Públicas Sociais”. E a alínea d “destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude”.

Isso é técnico, isso tem que estar no Plano Diretor. Está definido aqui no estatuto. E eu digo assim, fiz comentário aqui por escrito: “Quando se fala em família fala-se em cédula da sociedade”. A família resume amor, religião, trabalho e renda, habitação e saúde, por exemplo. Quando se fala em comunidade, no art. 4º fala-se em convívio social, onde os cidadãos dispõem de área de lazer, infraestrutura de saneamento básico, meio ambiente preservado, boa iluminação, pavimentação de vias, trânsito humanizado. Ainda no art. 4º, quando se fala em Poder Público, se fala em se disponibilizar recursos e aplicá-los na saúde, na educação, no esporte, na cultura e em todos os vetores do bem-estar do indivíduo e de todos os cidadãos que sejam contemplados com essa implementação.

Diz o Art. 7º (LENDO)

“A criança e o adolescente têm direito a proteção a vida e à saúde, mediante a efetivação de Política Públicas Sórias que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existências”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Quando se fala do Art. 7º que eu acabei de ler, fala-se no direito à vida. Uma voz fúnebre veio das trevas há poucos dias, na pessoa do Sr. Ministro da Saúde, e trouxe à tona um assunto superado no Brasil, que é a questão de aborto. É

lamentável que esse assunto macabro tenha voltado pela fala de quem tinha que se preocupar com a vida, com a saúde, com a distribuição de renda, com a geração de emprego, com habitação, com saneamento básico, já que faz parte do Governo Federal.

Nossa equipe técnica, senhoras e senhores, algumas recomendações técnicas.

(LENDO)

“a) implementação de ações sociais de caráter preventivo, visando proteger a criança e o adolescente, através das diversas áreas”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Já citadas por nós aqui. Eu vou deixar de ler, apenas por uma questão de respeito ao tempo. Todas as áreas sociais.

(LENDO)

“b) fortalecimento e integração das diversas Políticas Sociais e dos diversos Conselhos Municipais da área social (saúde, educação, assistência social, dentre outros), visando à racionalização dos recursos, à implementação de projetos articulados e à otimização dos espaços públicos para atendimento e ocupação de crianças e adolescentes fora do horário escolar;

c) incentivo à parceria com o setor privado para apoio às políticas, programas e projetos sociais voltados para o desenvolvimento social de crianças e adolescentes;

d) ampliação de programas de inclusão digital voltados para crianças e adolescentes;

e) apoio e fortalecimento aos programas de inclusão social de crianças e adolescentes em conflitos com a Lei;

f) criação de Centros Sociais Integrados, instalados em pontos estratégicos da Cidade, em equipamentos sociais já existentes que possuam capacidade para abrigá-los, formados por equipes multidisciplinares das áreas sociais, com representantes da Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte e Lazer, Segurança e representantes de moradores do local para apoio e acompanhamento de ações sociais voltadas a crianças, jovens e às suas famílias.”

(INTERROMPENDO A LEITURA)

E para encerrar, finalmente: alguém falou aqui hoje que não há recursos para a escola integral. Claro que não é verdade e, se fosse, a destinação dos recursos estaria mal definida. Há cerca de vinte anos o ex-Governador Leonel Brizola e o Prof. Darcy Ribeiro preconizavam a importância da escola na sociedade. E nós falhamos. Hoje estou certo de que há sete vetores. Vou repetir. Hoje estou certo de

que há sete vetores para salvarmos esse país, principalmente através de uma política voltada para a criança e para o adolescente. E vou listar rapidamente os sete vetores:

Primeiro – é muito nobre isso, não deveria ser rápido: educação e saúde integral.

Segundo: educação e saúde integral.

Terceiro: educação e saúde integral.

Quarto: educação e saúde integral.

Quinto: educação e saúde integral.

Sexto: educação e saúde integral.

Sétimo: educação e saúde integral.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (LILIAM SÁ) – Eu gostaria de registrar a presença do nobre Vereador Jorge Felipe, que faz parte da Comissão do Plano Diretor, e também do nobre Vereador Pedro Porfírio.

Muito obrigada a todos e, antes de encerrar, eu gostaria de dizer a vocês que muitos criticam o Estatuto da Criança e do Adolescente sem conhecimento das leis. A Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente dá gratuitamente o Estatuto da Criança, para que você possa conhecer, possa levar para o colégio, para os seus alunos, distribuir e fazer debates. Então, está à disposição de vocês, é só procurar aqui. O telefone da Câmara Municipal é 3814-2121, e do Disque Criança é o 08002829996, onde nós estamos recebendo denúncias de pedofilia, maus-tratos, abuso sexual, discriminação, prostituição infantil, violência doméstica, tratamento desumano, crianças desaparecidas – o que é uma das minhas bandeiras e sempre foi na TV, procurando as crianças desaparecidas –, crueldade física e psicológica e exploração da mão-de-obra. Lembrando a todos vocês que a omissão também é crime. Ligue e denuncie. Outro dia eu liguei para a Comissão, para saber se ela trabalhava. Peguei o telefone e liguei, porque eu checo, e estavam todos trabalhando. Agora, nós vamos fazer convênios com algumas ONGs para que a Comissão possa trabalhar 24 horas. Estamos trabalhando em prol da criança e do adolescente. Gostaria de deixar o meu *e-mail*, que é o [vereadoraliliam@yahoo.com.br](mailto:vereadoraliliam@yahoo.com.br), e meu celular pessoal, que é 9889-5667. Gostaria de corrigir o telefone do CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – que é 2503-2993, e o fax é o 2293-0317.

Estou com um Projeto de Lei que “institui programas de Casa de Apoio destinadas ao atendimento de adolescentes grávidas nas comunidades carentes e dá outras providências”, que foi vetado integralmente. Acho esse projeto um projeto maravilhoso; isso resolveria o problema do aborto. O Vereador Pedro Porfírio está aqui – não é, Vereador Pedro Porfírio? –, ele fez uma Audiência sobre o aborto. Ele é a favor do aborto, e eu sou contra, porque acho que, a partir da concepção, há vida. Então, acho que esse meu Projeto de Lei viria ajudar muito a essas crianças carentes das comunidades carentes a serem reintegradas no mercado de trabalho e a ressocializar essa menina, que se sente tão discriminada diante de uma gravidez indesejada.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se Audiência Pública às 13h40)

## MENSAGEM DE CONGRATULAÇÃO

Tenho a satisfação em cumprimentá-la, ocasião em que acuso o recebimento do convite para participar da Audiência Pública que irá discutir as questões relativas a Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente. Contudo, compromissos anteriormente agendados impedem-me de comparecer razão pela qual indico a Dra. Maria Christina Rodrigues Menezes, para representar-me no mencionado evento.

Aproveito a oportunidade para apresentar votos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

ALCEBÍADES SABINO DOS SANTOS  
Secretário de Estado de Trabalho e Renda

## RELAÇÃO DOS PRESENTES

Ana Carolina Utzeri (Projeto Legal); Claudia Lúcia Farias; Riva Rosemberg (Rep. o Sec. Mun. de Saúde Dr. Jacob Kligerman; Ahlefeld Fernandes (Cons. Tutelar de Bangu); Katia Felix; Kátia Regina Ciotola (Rep. Padre Jesus Hortal Reitor da PUC-RJ); Yolanda Vilela; Maria Carolina Maia (Rep. Sec. do Estado de Educação Nelson Maculan; Elisângela Lima Pereira (Rep. Sec. de Assistência da Prefeitura); Vereador Carlo Caiado; Vereador Rogério Bittar; Deputado Estadual Domingos Brazão; Agnaldo Tavares Nery (Aspacerj); Maria Christina Rodrigues Menezes (Rep. o Sec. de Estado de Trabalho e Renda Alcebíades dos Santos); Dyrce Drach (Rep. OAB); José Eustáchio Bruno (Rep. o Reitor da UERJ Nival Nunes de Almeida); Isabelle Freire (Rep. Sec. de Esporte e Lazer Gustavo Cintra); Daniele Afonso (Rep. Comitê para a Democratização da Informática); Griselda dos santos (Rep. Ass. de Assistência a Criança Surda); Ana Teles (Rep. Sec. Mun. de Assistência Social); Maria Meira Canedo; Paulo Henrique Barbosa de Andrade (Prof. Colégio teresiano); Jorge Braga; Rogério Graça Aranha; Sérgio Marcelino Gomes (Comissão dos Direitos Humanos da Alerj).